

----- TERCEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALVALADE INICIADA NO DIA DOIS DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS -----

----- **ATA NÚMERO OITO** -----

----- (Mandato 2021-2025) -----

----- Aos treze dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois reuniu, no Auditório sito na Rua Conde de Arnoso número cinco-B, Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, sob a presidência do seu Presidente, José Luis de Rezende Moreira da Silva, coadjuvado por Teresa Alexandra de Campos Aguiar Gameiro, Primeira Secretária, e por Maria Regina da Costa Moreira Lagoá de Araújo Santos, Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS)** – José Pedro Pires Ferreira, José Alberto da Conceição Reis, Rita Amélia de Freitas Cavaleiro Madeira, David Filipe dos Santos Pinto, António Diogo Carvalho Gongó Carvalheda e Joana Vanessa Henriques Medeiro. -----

----- **Do Partido Social Democrata (PSD)** – Miguel Ângelo Ribeiro Henriques e Ana Raquel da Silva Vidreiro Nogueira Pelicano. -----

----- **Do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP)** – Carlos Roque do Rosário Rêgo e Paulo Carrapatoso Bordalo Amado. -----

----- **Da Coligação Democrática Unitária (CDU)** – Sérgio Machado Morais de Oliveira e Ricardo de Carvalho Varela. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – Paulo Guilherme Pires de Jesus Pinto. -----

----- **Da Iniciativa Liberal (IL)** - Manuel Aires de Matos Almeida dos Santos. -----

----- **Do Movimento “Mudar Alvalade” (MMA)** - Nuno Manuel Pires Caiola Marçal Lopes. -----

----- **Do Partido “Chega” (Chega)** - José Augusto Vaz. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- Margarida Alexandre do Nascimento Afonso, que justificou a sua ausência e foi substituída por David Pinto. -----

----- Mário Joaquim Gomes Branco, que justificou a sua ausência e foi substituído por António Carvalheda. -----

----- Susana Marina Soares Paulo, que justificou a sua ausência e foi substituída por Joana Medeiro. -----

----- Frederico Jorge de Passos e Castro Fernandes Lira, que justificou a sua ausência e foi substituído por Ricardo Varela. -----

----- Filipe Bento Damasceno Monteiro Moreno, que justificou a sua ausência e foi substituído por Paulo Amado. -----

----- José Leonardo Baptista Rodrigues, que justificou a sua ausência e foi substituído por Paulo Pinto. -----

----- Às vinte e uma horas, constatada a existência de *quórum*, **o Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- Disse que teria sido distribuído a todos uma proposta da Junta de Freguesia relativamente ao infeliz falecimento de um trabalhador da Junta. -----

----- Pensava falar em nome de todos na Assembleia de Freguesia para se juntarem a esse voto de pesar pelo falecimento da trabalhadora Beatriz Angélica Pias de Carvalho. Era uma proposta da Junta de Freguesia que dizia o seguinte: -----

----- *“----- Faleceu no passado dia 10 de maio Beatriz Angélica Pias de Carvalho, trabalhadora desta autarquia, afeta ao Serviço de Desporto. -----*

----- *Em reconhecimento do serviço prestado, tenho a honra de propor que, reunida em 12 de maio de 2022, a Junta de Freguesia de Alvalade delibere aprovar o seguinte voto*

de pesar e o mesmo seja lido da próxima sessão da Assembleia de Freguesia de Alvalade: -----

----- **Voto de Pesar pelo falecimento da trabalhadora Beatriz Angélica Pias de Carvalho.**-----

----- Faleceu no passado dia 10 de maio Beatriz Angélica Pias de Carvalho, natural de Évora, trabalhadora desta autarquia, afeta ao Serviço de Desporto. Beatriz Carvalho iniciou funções na Câmara Municipal de Lisboa em 30 de dezembro de 2008. Na sequência da reforma administrativa da cidade de Lisboa, em março de 2014 integrou o mapa de pessoal desta autarquia, como assistente operacional do Serviço de Desporto, tendo contribuído com a sua dedicação, lealdade, compromisso e competência para a construção e fortalecimento da Freguesia de Alvalade. Beatriz Carvalho foi uma trabalhadora disponível e dedicada, com grande sentido de responsabilidade e serviu a causa pública, com empenho e compromisso. -----

----- O Executivo da Freguesia, expressa um Voto de Pesar à família, considerando os serviços prestados à Freguesia de Alvalade. -----

----- Lisboa, 12 de maio de 2022. -----

----- O Presidente da Junta, José Amaral Lopes.----- ”

----- (Neste momento a Assembleia prestou um minuto de silêncio)-----

----- Vamos entrar na continuação da Ordem do Dia, com o Ponto 5. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **Ponto 5 — Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 41/2022 relativa à submissão à Assembleia de Freguesia da autorização da assunção dos encargos plurianuais relativos ao procedimento de "Aquisição de Serviços de Manutenção e Conservação de Espaços Verdes e Arvoredo sob Gestão da Freguesia de Alvalade" — Processo n.º 26/CPI/JFA/2022;**-----

----- Tendo pedido a palavra o **Senhor Presidente da Junta** foi-lhe concedida. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que este ponto estava devidamente fundamentado, era a necessidade de responder aos compromissos e às obrigações da Junta de Freguesia.-----

----- O valor em causa e a execução, embora tivesse a duração de doze meses, tinha relevância orçamental em 2022, 2023 e 2024, requeria nos termos da Lei, a assunção de encargos plurianuais e por isso ia à Assembleia de Freguesia para ser analisada e aprovada. -----

----- Essa matéria era acompanhada mais de perto pelo Vogal Tomás Gonçalves e ele poderia prestar os esclarecimentos que entendessem necessários.-----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Ricardo Varela (CDU)** foi-lhe concedida.-----

----- **Membro Ricardo Varela (CDU)** disse que os eleitos da CDU queriam colocar, até por uma questão de coerência com as posições em relação a essa matéria, e embora a proposta em si não fosse mais do que uma questão processual no que respeitava aos encargos plurianuais para esse procedimento, sendo essa a razão de ir à Assembleia de Freguesia, mas era o momento que tinham e a oportunidade de se pronunciar sobre um aspeto importante, a gestão dos espaços verdes. -----

----- Esses encargos plurianuais estavam associados a um procedimento, um concurso internacional, que implicava a passagem da concessão a terceiros, a privados, dessa mesma gestão dos espaços verdes. Eles tinham o prazo de um ano, mas com a possibilidade de prorrogar até 2025. -----

----- A questão que colocavam já em mandatos anteriores, era se efetivamente esse seria o caminho prosseguido por parte do Executivo no que dizia respeito à gestão dos espaços verdes. -----

----- A CDU considerava que a Freguesia tinha a ganhar tomando por suas mãos e por meios próprios a gestão dos equipamentos e dos espaços verdes, isso poderia levar a um acréscimo na qualidade da gestão de manutenção e conservação. Teria certamente do ponto de vista da relação laboral com os trabalhadores uma condição diferente da que era muitas vezes conjugada por parte das empresas que tinham essas responsabilidades.

----- À semelhança do que tinham feito antes, até no mandato anterior, em que se manifestaram contra essa posição, seria esse o sentido de voto na proposta, embora fosse uma questão processual em encargos plurianuais e o procedimento já foi lançado. A pergunta que ficava era se efetivamente seria por um ano ou prorrogado de acordo com o que estava previsto no contrato em 2025 e qual o entendimento que a Junta de Freguesia tinha sobre o caminho da gestão dos equipamentos, nesse caso os espaços verdes. -----

----- Era um caminho que tinha de ser feito e que devia ser feito por etapas, mas saber se haveria uma opção diferente daquela que até ao momento tinha sido levada a cabo.-----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que o voto do PS seria favorável, era uma proposta em tudo similar àquelas que por várias vezes foram apresentadas ao longo dos últimos oito anos. -----

----- Sempre foi um ponto de diferença entre o PS e o PCP. A posição do PCP era similar àquela que sempre teve no Executivo e também na Assembleia de Freguesia, quando eram apresentadas propostas similares a essa. -----

----- Era um contrato por um ano, mas podia ser prorrogável, e por isso a repartição de encargos estava por vinte e quatro meses. -----

----- A questão da internalização ou externalização desses serviços foi debatida várias vezes e o ponto principal era que a Junta não possuía instalações para que o processo de internalização pudesse ser feito. -----

----- O que tinha sido conversado com a Câmara Municipal era no âmbito da intervenção do eixo Campo Grande/Calvanas prevista para ligar com o canal dedicado a micro bus para a Alta de Lisboa a partir do Campo Grande, bem como novas saídas e alterações na Rua das Murtas, etc. Havia também intervenção grande nos espaços verdes por parte da Câmara e estava previsto um alargamento do terreno do posto de limpeza das Murtas, seriam mais mil metros quadrados previstos e isso permitia que, num segundo movimento, se pudesse criar instalações.-----

----- Essa intervenção do eixo Campo Grande/Calvanas no plano de atividades da SRU comunicado à cidade, sendo certo que foi antes da entrada do atual conselho de administração, que ainda teria que apresentar o plano de atividades num prazo de trinta dias da tomada de posse, estava a aguardar priorização por parte da Câmara Municipal e não se sabia quando essa intervenção seria feita, delegada pela Câmara na SRU, uma empresa municipal. -----

----- O motivo de nunca ter sido estudado com prioridade era porque o ponto base nunca tinha ficado disponível, sendo certo que foi negociada essa posição e era isso que estava no plano para a intervenção do eixo Campo Grande/Calvanas. -----

----- Era uma proposta administrativa e saudava o Executivo por a apresentar, porque, em tese, a autorização genérica que foi dada podia ser utilizada para esse fim. Admitia que sendo um procedimento que podia ir a Tribunal de Contas, que por prudência, o Executivo não utilizou a autorização genérica. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Nuno Lopes (MMA)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** disse que este tema já tinha sido abordado noutras reuniões e era uma das propostas que o “Mudar Alvalade” tinha no seu programa. -----

----- Também punha em consideração a continuidade desse trabalho ser feito por empresas ou ser feito pela própria Junta de Freguesia. Era um trabalho que não se fazia de um ano para o outro e não iria votar contra por uma razão muito simples, porque deram um voto de confiança ao Executivo no Orçamento. -----

----- A questão era, quais seriam os procedimentos e com a dimensão que a Freguesia tinha a nível de espaços, como a dimensão económica, que se viu no anterior Executivo as exorbitâncias que se gastaram em espaços verdes. Teriam que considerar fazer um estudo de viabilidade económica, ponderar, pesar e poderia saber o que era mais rentável, ter os próprios trabalhadores ou contratar fora. -----

----- Pensava que seria melhor a Junta ter os seus próprios trabalhadores, porque se não fosse assim, as outras empresas não teriam lucro. Com certeza haveria maior dedicação e como era nos espaços verdes, seria também com os calceteiros. -----

----- Sabia que não era uma coisa que se fizesse de um ano para o outro e gostaria de saber da Junta qual era a posição relativamente a esse ponto. -----

----- Ainda em relação aos espaços verdes, já no anterior mandato houve algumas dúvidas relativamente ao espaço que estava afeto à Universidade e gostaria de perceber quem de facto tinha essa responsabilidade, se era da Universidade ou da Junta de Freguesia, quem pagava a água, quem fazia o tratamento. Ficava com algumas dúvidas. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Senhor Presidente da Junta** foi-lhe concedida. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a razão de ser desta proposta era porque tinham que assegurar a continuidade dos serviços, prestar os serviços à população e a manutenção dos espaços verdes. -----

----- Do ponto de vista político não eram dogmáticos. O que sabiam era que a maioria das Juntas de Freguesia da Cidade de Lisboa e de outras cidades com as responsabilidades que Alvalade tinha, optaram por essa via. Independentemente dos partidos que estavam à frente, a maioria das Freguesias da Cidade de Lisboa optou por aquilo a que chamavam externalização, a adjudicação de contratos para assegurar a manutenção. -----

----- Parecia que a proposta do “Mudar Alvalade” podia ser útil, se não fosse muito dispendiosa e se ajudasse a decidir bem, porque o que interessava era servir melhor a população, gerindo bem os dinheiros públicos, que não houvesse desperdício e que o serviço fosse garantido com alguma qualidade. -----

----- Não bastava ter um corpo de técnicos, eles tinham que ter formação, espaço, ferramentas, condições de trabalho, carrinhas, etc. Havia um conjunto de infraestruturas e de necessidades que também tinham que ser previstas em todos esses estudos. Não era só contratar pessoas, havia um conjunto de condições que tinham de ser asseguradas. ---

----- Não parecia que a maioria dos Presidentes de Junta, independentemente dos partidos que tivessem vencido as eleições nos respetivos territórios, tivessem adoptado por essa a metodologia porque ela era a única possível. -----

----- De momento, era a única solução que havia para assegurar a manutenção do espaço público e dos espaços verdes, era a única forma que tinham de não haver lapsos nem falhas, mas estavam abertos a uma análise de viabilidade económica, que compreendesse todas as condições necessárias. Não só custo dos recursos humanos afetos a essa atividade, mas tudo aquilo que implicava e a sua localização, embora já tivessem sido avançadas alguma hipóteses e também com a Vereadora Joana Almeida, soube-se de alguns projetos que estavam em carteira. -----

----- Quanto aos pormenores da zona da Cidade Universitária, havia compromissos de parte a parte, mas nessa matéria o Vogal Tomás Gonçalves tinha um conhecimento aprofundado, porque acompanhava com os serviços. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Vogal Tomás Gonçalves** foi-lhe concedida. -----

----- **Vogal Tomás Gonçalves** disse que, para além da análise do investimento como um todo, a nível do pessoal e também de equipamento e infraestruturas, era preciso ter a garantia da qualidade de serviço, do absentismo, de uma série de fatores que eram precisos ter em conta para fazer a análise económica, que seria feita. -----

----- Poderia haver uma solução de iniciar esse caminho, eventualmente por um lote ou dois, e tentar ver se conseguiam manter a qualidade do serviço. -----

----- Relativamente à Reitoria e à parceria existente com essa entidade, era um compromisso que havia da Câmara de Lisboa com a Reitoria, que foi passado para a Junta de Freguesia. A Junta mantinha o relvado central e tinha a responsabilidade de pagar a água do sistema de rega, que foi substituído recentemente por investimento da Reitoria, mas o pagamento continuaria a ser da Junta de Freguesia de Alvalade. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta n.º 41/2022 relativa à submissão à Assembleia de Freguesia da autorização da assunção dos encargos plurianuais relativos ao procedimento de "Aquisição de Serviços de Manutenção e Conservação de Espaços Verdes e Arvoredo sob Gestão da Freguesia de Alvalade" — Processo n.º 26/CPI/JFA/2022**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 16 votos a favor (PS, PSD, CDS-PP, IL, MMA e Chega) e 3 votos contra (CDU e BE.)-----

----- **Ponto 6 — Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 13/2022, relativa à ratificação das medidas excecionais e temporárias de apoio às famílias, ao emprego e ao comércio, no contexto da pandemia da COVID 19, para vigorar no ano 2022;** -----

----- Tendo pedido a palavra o **Senhor Presidente da Junta** foi-lhe concedida. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que essa proposta era quase uma consequência da fase que passaram com a pandemia e dos efeitos económicos do emprego e das condições sociais das famílias, que, de acordo até com as orientações do Governo e da CML, justificava-se manter algumas medidas. Ainda estavam numa fase de arranque, ainda havia uma incerteza muito grande. -----

----- Em concreto, havia uma redução de taxas de ocupação dos espaços comerciais num montante de 50% das taxas de compensação relativas a 2021, havia prorrogação de prazos das medidas de apoio às famílias, ao emprego e ao comércio e o adiamento da atualização das taxas aplicáveis aos comerciantes. -----

----- Ia tudo no contexto de continuidade de apoio à atividade económica, às famílias e ao emprego, que derivou da situação de crise e das dificuldades que foram geradas pela situação pandémica. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida.

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que as medidas iam também na sequência do anterior mandato. Aliás, era referido isso na proposta 409/2020 e naturalmente o PS votaria a favor, sendo certo que a duração desse apoio já seria mais limitada no tempo, tendo em conta o que disse o Senhor Presidente da Junta e com o qual concordava.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta n.º 13/2022, relativa à ratificação das medidas excecionais e temporárias de apoio às famílias, ao emprego e ao comércio, no contexto da pandemia da COVID 19, para vigorar no ano 2022**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 7 — Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 08/2022, relativa à celebração de protocolo de colaboração entre a Freguesia de Alvalade e a Interagir, Associação para a Inclusão Social para desenvolvimento de atividades de apoio a famílias em situação de desfavorecimento social;** -----

----- Tendo pedido a palavra o **Senhor Presidente da Junta** foi-lhe concedida. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a proposta estava devidamente justificada, visava estabelecer uma relação protocolar mais regular e permanente. Era um projeto que se desenvolvia em várias Freguesias da Cidade de Lisboa, tinha como objeto principal uma intervenção no apoio às famílias. O projeto estava devidamente fundamentada e tendo em atenção a não necessidade de investimentos da Junta de Freguesia, sendo um projeto financiado pelo Fundo Social Europeu, parecia um objeto de interesse público que deveriam colaborar e apoiar. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que havia algumas gralhas no documento, mas nada de substância. Convinha apesar de tudo corrigir as gralhas.-----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** foi-lhe concedida. -

----- **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** disse que a CDU valorizava e considerava importantes esses projetos de intervenção social, mas gostava de saber se houve uma articulação para não acontecer uma sobreposição com outras instituições da Freguesia, designadamente os centros paroquiais. Deixava só essa pergunta mas a CDU era favorável. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que o Senhor Presidente da Mesa já tinha feito o reparo das gralhas e havia um outro reparo que fazia. A Senhora Vogal Paula Carvalho levou essa proposta ao Executivo no dia 27 de janeiro e estavam em meio de maio. Admitia que a associação pudesse não precisar deste protocolo para seguir o seu propósito, mas de todo o modo o propósito era válido e o PS votaria a favor.-----

----- Estavam já praticamente quatro meses depois da Senhora Vogal ter levado isto ao Executivo e isso ia só demonstrar a necessidade de ocorrência de maior número de Assembleias de Freguesia, até para que os instrumentos que o Executivo deliberava pudessem ir à Assembleia de Freguesia em tempo mais útil. -----

----- Tinha o apoio da União Europeia, bem como do Portugal 20/20. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Senhor Presidente da Junta** foi-lhe concedida. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** esclareceu que esse protocolo era com a associação, porque ela tinha autonomia de personalidade jurídica própria, mas era uma associação que colaborava diretamente com os centros paroquiais e com as IPSS da Freguesia de Alvalade e das outras Freguesias de Lisboa.-----

----- Tendo pedido a palavra o **Vogal Ana Paula Coelho** foi-lhe concedida. -----

----- **Vogal Ana Paula Coelho** disse que esse trabalho foi começado pelo anterior Executivo em 2021 e nunca parou. Eles trabalhavam com a paróquia e também com a comissão social de Freguesia, felizmente trabalhavam bem e na cidade toda.-----

----- Em janeiro já se deu o aval final, o aval do pontapé de saída, mas eles continuaram sempre a trabalhar. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta n.º 08/2022, relativa à celebração de protocolo de colaboração entre a Freguesia de Alvalade e a Interagir, Associação para a Inclusão Social para desenvolvimento de atividades de apoio a famílias em situação de desfavorecimento social**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 8 — Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 29/2022 relativa à celebração de protocolo de colaboração entre a Freguesia de Alvalade e a Cooperativa Projeto Esperança, para desenvolvimento do projeto Amigo;** -----

----- Tendo pedido a palavra o **Senhor Presidente da Junta** foi-lhe concedida. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a proposta era bastante clara, até pelos anexos que estavam juntos. -----

----- Era um objetivo dessa associação desenvolver atividades com fim de interesse social de apoio às famílias com menos capacidade de satisfazer as suas necessidades e ao mesmo tempo tinha uma componente de reciclagem amiga do ambiente, que parecia muito adequado e do ponto de vista da Junta era mais uma relação de facilitador, promotor, de colaborador na disponibilização dos espaços para a colocação dos contentores sem qualquer receita prevista ou taxa.-----

----- O material recolhido era para distribuir por associações que geriam diretamente a satisfação de algumas necessidades dessas pessoas mais vulneráveis.-----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** foi-lhe concedida. -

----- **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** disse que era a extensão de um protocolo já existente e dos contentores já existentes. Nessa parte estavam de acordo. -----

----- Queria só colocar algumas questões que tinham a ver com o sítio onde seriam colocados os contentores. De acordo com os mapas que receberam, alguns pareciam estar em sítios do passeio que podiam ser sítios de grande atravessamento de peões e, portanto, deixava a questão de como procuraram garantir que a mobilidade dos peões não era afetada. Se não seria possível alguns, em vez de estarem no passeio, estarem no alcatrão, para não prejudicar os peões, e se em alguns locais que pareciam estar em vias mais estruturantes, se a própria Câmara não teria de aprovar a colocação dos contentores nesses locais. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que de facto era a extensão de um protocolo já existente, reforçando a rede de recolha de roupa usada. Saudava o Executivo por ter feito dessa forma. -----

----- Existiam algumas ditas associações que eram empresas e tinham uma estrutura económica desse tipo de negócio. Aliás, havia um na bomba da Rua Frei Miguel Contreiras, estava dentro do espaço de concessão, mas a concessão era para bomba de gasolina, não era para recolher roupa e eles recebiam uma renda por isso. -----

----- Outras Juntas de Freguesia usavam isso como adicional de receita, Alvalade não fez isso e havia que saudar esse processo, ajudando a CARITAS, que era uma instituição de relevante intervenção na sociedade. -----

----- De referir a atenção que devia ser dada à questão do local, para proteção da mobilidade pedonal, bem como o reforço que seria necessário do serviço de higiene urbana, porque acabava por ser um ponto para criar lixo à volta.-----

----- Tendo pedido a palavra o **Senhor Presidente da Junta** foi-lhe concedida. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que, como deviam calcular, não era técnico de gestão do espaço público. Os serviços da Câmara e da Junta tinham técnicos especialistas que dominavam a matéria e todas as localizações foram escolhidos em consonância com a Associação, mas de acordo com as regras e regulamentos, com todas as condições que a Lei previa, em que não podiam prejudicar o direito de mobilidade. --

----- Os requisitos evocados, e bem, foram devidamente acautelados pelos técnicos competentes. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta n.º 29/2022 relativa à celebração de protocolo de colaboração entre a Freguesia de Alvalade e a Cooperativa Projeto Esperança, para desenvolvimento do projeto Amigo**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 9 — Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 62/2022, relativa à celebração de protocolo de colaboração entre a Freguesia de Alvalade e a Associação Musical Círculo de Música de Câmara;** -----

----- Tendo pedido a palavra o **Senhor Presidente da Junta** foi-lhe concedida. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que este protocolo não tinha diretamente implicações financeiras. Era a criação de condições mínimas para que uma associação musical pudesse ensaiar num local adequado, nomeadamente na dispensa do auditório sempre que ele estivesse disponível, de acordo com o regulamento e com a disponibilidade face à ocupação já programada e comprometida com outras instituições.

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** saudou o estabelecimento desse protocolo, que era similar ao existente com o Lisboa Cantat. A Junta de Freguesia cedia instalações e recebia por contrapartida um conjunto de espetáculos que certamente iriam constar da programação cultural da Junta. Era uma boa política pública seguida no anterior mandato e saudava. -----

----- Por se sediar no Centro Cívico Edmundo Pedro ia também comprovar a valia do mecanismo de utilização do centro como ele foi criado e honrando o Edmundo Pedro, que foi residente em Alvalade por mais de sessenta anos e que em vida pôde inaugurar esse espaço. Naturalmente que o PS votaria a favor. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Ricardo Varela (CDU)** foi-lhe concedida. ---

----- **Membro Ricardo Varela (CDU)** disse que a CDU valorizava cada vez mais que se pudesse investir no âmbito da cultura, o estabelecimento de novas parcerias, criar novos públicos, promover a usufruição cultural. Quanto ao objeto da proposta nada a dizer. -----

----- A questão que colocava era se efetivamente esse seria o mecanismo mais adequado para estabelecer a relação com essa entidade. Isso porque na verdade estavam perante um protocolo e o Membro José Ferreira fez alusão a um outro protocolo como sendo semelhante, do Lisboa Cantat, mas esse protocolo tinha um objetivo relativamente diferente, porque essa entidade ficou com a responsabilidade da gestão do equipamento e o próprio protocolo definia concretamente as contrapartidas ao uso desse equipamento, no caso, o auditório das antigas instalações da Junta de Freguesia de Alvalade. -----

----- O que estavam agora era perante uma coisa mais vaga, um apoio não financeiro como o Senhor Presidente disse e bem, mas as cláusulas que estavam ali enunciadas não eram mais nem menos do que aquilo que era estabelecido, de certa forma, no Regulamento de Atribuição de Apoios da Freguesia de Alvalade. As instituições ficavam obrigadas a publicitar o apoio e a dar a conhecer o apoio da Junta de Freguesia, de igual forma aquilo que era estabelecido sobre a criação de compromissos, de relações institucionais.

----- Não estando contra o princípio e o facto de poderem estreitar relações com as instituições, a questão era se esse apoio não devia correr como todos os outros, fossem na área da cultura, da ação social ou desporto, ao abrigo do Regulamento de Atribuição de Apoios da Junta de Freguesia, onde as instituições tinham que se registar na base de dados, onde deviam apresentar um plano de atividades, onde se deviam candidatar a um apoio anual ou pontual. Se calhar, aí fazia sentido ser pontual, tendo em conta que estavam a falar já a meio do ano. -----

----- Como acontecia com outras, que tinham também o uso desse equipamento, que pudesse ser apreciado de forma global, nos mesmos termos em que eram apreciados os outros pedidos de apoio, enquadrados nesse mesmo sistema. -----

----- Os equipamentos da Junta deviam estar ao dispor das instituições, devia-se tirar o máximo proveito disso. Esse equipamento não era exceção, aliás ele tinha um regulamento próprio, do ponto de vista da sua gestão, mas parecia que esse enquadramento como protocolo acabava por destoar daquilo que era a relação com as outras instituições e podia criar alguma alteração nessa relação. -----

----- Podia ser lapso seu, mas não se recordava de existir uma relação dessa entidade com a Junta de Freguesia. Eles até estariam a ensaiar noutra local e seria importante perceber a razão de necessitarem utilizar esse equipamento e se isso tinha alguma condição relativamente a eles terem perdido a possibilidade de utilizar o espaço onde estavam a ensaiar. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Senhor Presidente da Junta** foi-lhe concedida. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** referiu que este acordo não era igual ao Lisboa Cantat, não tinham esse dogmatismo e não tratavam tudo igual. Aplicava-se mais o princípio da equidade, tratar igual o que era igual e tratar diferente o que era diferente. Neste caso concreto, a própria instituição, em si, era completamente diferente da Lisboa Cantat, até pela sua dimensão e pelas suas necessidades. -----

----- Isso foi feito de acordo com os regulamentos existentes e podia dizer que não concordava com muitas coisas dos regulamentos do Ministério da Cultura, isso era outra coisa, mas nesse caso foi de acordo com as necessidades que os mesmos expressaram. -----

----- O que interessava era o objetivo de trazer para Alvalade cada vez mais, e em maior número, instituições que prosseguiam fins de interesse público, que enriqueciam a vida cultural da cidade e que promoviam também a qualidade de vida em Alvalade. Era esse o único objetivo. -----

----- As necessidades que eles tinham não eram equiparáveis às do Lisboa Cantat, até pela própria formação que o Lisboa Cantat tinha. O problema que se colocava, aí dava razão, mas não era um problema de fácil resolução, era que havia uma disponibilidade muito pequena de espaços adequados ao desenvolvimento desse tipo de projetos. Como eles não tinham fins lucrativos, não tinham qualquer vantagem económica nas suas atividades, não tinham capacidade económica para pagar arrendamentos, etc. -----

----- Aí era o papel das entidades públicas, de promover e apoiar com a existência dessas infraestruturas. Podia-se dar melhor, mas não havia condições de lhes atribuir um espaço com maior regularidade e permanência. Essa foi a forma que solicitaram e que consideraram suficiente, não era o ideal, mas a Junta fez aquilo que devia fazer. O mínimo que se podia fazer nessas circunstâncias era apoiar. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta n.º 62/2022, relativa à celebração de protocolo de colaboração entre a Freguesia de Alvalade e a Associação Musical Círculo de Música de Câmara**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 10 — Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 70/2022, relativa à Adenda ao Protocolo de colaboração entre a Junta de Freguesia de Alvalade e o Centro Cultural e Recreativo dos Coruchéus;** -----

----- Tendo pedido a palavra o **Senhor Presidente da Junta** foi-lhe concedida. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que essa adenda visava assegurar uma melhor gestão dos bens públicos. As associações em causa, não por má vontade, não tinham muitas vezes capacidade para gerir adequadamente alguns bens do domínio público, naturalmente respeitando expectativas juridicamente tuteladas, compromissos anteriormente assumidos entre a Freguesia e as instituições. -----

----- Na prática, o que se pretendia era gerir um espaço que lhes estava afeto, de uma forma quase independente e autónoma, e tinham que estar atentos às necessidades dos cidadãos em geral que residiam em Alvalade, que não satisfazia as necessidades de procura que a Junta de Freguesia sentia e que procurava dar resposta. -----

----- Promoveu-se uma conciliação de objetivos e de necessidades, procurando a satisfação do maior número de necessidades possível para a prática do desporto e outras

sem prejudicar as expetativas juridicamente tuteladas e os compromissos assumidos anteriormente. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Senhor Tesoureiro** foi-lhe concedida. -----

----- **O Senhor Tesoureiro** disse que esta proposta de adenda ao contrato já existente advinha de dois eixos de trabalho e de duas identificações feitas. A primeira, nos seis meses de trabalho que já tiveram, foi averiguar um regular pedido aos serviços da Junta de Freguesia para o aluguer de espaços desportivos, fosse por parte de fregueses ou por parte de outras entidades desportivas, como clubes e associações, fosse por parte de empresas também sediadas na Freguesia, que por vezes queriam fazer os seus eventos entre funcionários. -----

----- Havia sérias dificuldades em encontrar espaços da Junta para ir ao encontro desses pedidos. A maior parte das solicitações que eram feitas não se podiam aceitar, porque não havia condições para o fazer. Os horários, normalmente, eram sempre os mesmos, ao final da tarde ou ao fim-de-semana. -----

----- A segunda constatação, como estava explicado na proposta número 70, que tiveram oportunidade de ler, era que estavam perante uma entidade cultural e desportiva, o Centro Cultural e Recreativo dos Coruchéus, que desportivamente perdeu algum ênfase, perdeu alguma dinâmica e não dispunha de formação. Tinha duas equipas séniores de futsal, que nem sequer treinavam naquele espaço, que era de relvado sintético. -----

----- O equipamento estava ao dispor desse clube, não podendo ser utilizado para a prática da sua principal modalidade, sendo que tinham ainda o ténis como outra modalidade. As equipas séniores de futsal treinavam nas instalações do INATEL. -----

----- Havia uma escola que utilizava esse espaço às sextas-feiras e teve-se o cuidado de preservar a utilização que já era regular por parte dessa entidade, assim como outra situação que estava prevista no programa de jogos ou de utilização do espaço durante a semana. -----

----- Estava-se a propor ficar com a gestão para poder ir ao encontro dos fregueses que solicitavam os espaços. -----

----- Era importante dar nota que isso resultava de um trabalho feito nestes seis meses com o Centro Cultural e Recreativo dos Coruchéus. Foi uma démarche feita em conjunto com a direção do Centro, porque outra situação que também deparavam era com o degradar das instalações desse campo de jogos junto à Avenida dos Estados Unidos da América. O campo tinha uma rede à volta, tinha o relvado sintético, tinha um espaço para balneários, tinha postos de iluminação, quadros elétricos, etc. e estavam constantemente a receber por parte dessa entidade desportiva o pedido de intervenção e o respetivo custo, para estragos, para problemas na rede, problemas nos balneários, desde inundações, aos sanitários partidos, com um custo que se deduzia facilmente. -----

----- As chaves do equipamento passavam a ser da Junta de Freguesia, que passava a gerir o espaço, pensando que assim teriam um maior controlo e menos problemas com o equipamento existente, que era um bom equipamento, num sítio central da Freguesia e da Cidade de Lisboa. -----

----- Havia uma série de razões que levaram a trabalhar esta adenda com o Centro Cultural e Recreativo dos Coruchéus, que se mostraram sempre participativos e colaborativos no processo. -----

----- As receitas que a Junta de Freguesia tinha com o aluguer desse espaço, pretendia-se que fossem entregues ao Centro Cultural e Recreativo dos Coruchéus. Nesse processo gradual que tinham vindo a trabalhar não era só tirar, havia que fazer um trabalho importante de cooperação com as entidades, com as quais estavam a tentar modificar algumas coisas, e seria correto ter algo para ganharem as duas partes. -----

----- Era uma entidade que, nos últimos anos, não recebia qualquer tipo de apoio financeiro, por não conseguir cumprir os critérios de elegibilidade para receber o respetivo apoio.-----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que o Executivo tinha toda a legitimidade para encontrar mecanismos diferentes ou paralelos para atingir o mesmo objetivo e na prática o que estava proposto cumpria o mesmo objetivo, porque a cedência do campo era exatamente para criar uma forma do clube ter rendimento e se financiar dessa forma. A prática desportiva do futsal era feita noutra local e as outras modalidades faziam-se no campo da parte de baixo, ou o xadrez dentro das instalações.-----

----- Viram o Presidente desse clube no período do público a dizer que não conhecia a minuta que estava em cima da mesa. Tinha-lhe ligado para verificar essa situação e de facto o que ele disse foi que não conhecia nada disto. -----

----- Sobre o conteúdo, não tinha nenhuma questão em particular, mas era um pouco estranho aprovar minutas em Executivo que não estavam validadas pela contraparte, porque foi isso ali dito na sessão de 6 de maio. Era essa a pergunta, se entretanto já validaram a minuta com o clube ou se continuavam da forma como foi respondido pelo Senhor Presidente da Junta aquando da intervenção do público. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Ricardo Varela (CDU)** foi-lhe concedida.-----

----- **Membro Ricardo Varela (CDU)** disse que começaria por aí, a situação um pouco insólita de terem um Presidente de um clube a perguntar sobre o ponto da ordem de trabalhos que implicava, nada menos, do que a celebração do protocolo com uma instituição à qual presidia. Era importante saber se havia concordância, porque era a pessoa que ia assinar. -----

----- Relativamente ao que teria sido proposto em termos de adenda, pelo que percebia e que foi explicado pelo Vogal Paulo Moura na primeira sessão, falou de ajustar um pouco o protocolo àquilo que tinha sido o desempenho do clube em cumprir com as suas obrigações. Isso parecia um fator importante e que destacava, tendo em conta que era importante as entidades que ficavam responsáveis ou que assinavam determinados protocolos de colaboração de prática desportiva, efetivamente, pudessem cumprir com os mesmos.-----

----- Não sabia se o passo que estavam a dar ia ao encontro de uma solução. O que se colocava ali, era que entre outras coisas, também tinha havido uma situação de degradação do equipamento, uma necessidade por parte da entidade de requerer à Junta que fizesse essas reparações. Não o tinha feito e estava-se a propor, em termos de adenda, que a Junta ficasse com a gestão do equipamento, mas as obrigações continuavam a ficar do outro lado. A sua questão era, se isso iria resolver alguma coisa.

----- Era importante avaliar para o futuro aquilo que era o cumprimento e o ajustar do protocolo, até porque, depois, haveria uma situação prevista no protocolo de que, a partir de janeiro de 2023, o clube ficava com a responsabilidade de assumir as despesas relativas à água, luz, telecomunicações. Isso podia ser um constrangimento e deixava já o alerta pela preocupação, no sentido de garantir que houvesse condições de ambas as partes para cumprir o estabelecido. Não havendo, procurar saber qual seria a melhor solução. -----

----- Em questões também práticas que ficaram sem perceber, se a Junta, ficando com essa gestão, cobrando as receitas, qual a taxa que seria aplicada na cobrança dos alugueres daquele equipamento. Sendo a Junta a fazer essa cobrança, seria a Junta a fazer a faturação? Como iria justificar a entrada, por um lado, de uma receita, e passar mais tarde, essa receita para o clube? Se seria por via de um apoio, e como isso depois seria tratado, até por uma questão de equidade. -----

----- Isso remetia para uma situação de pensar para o futuro, qual a estratégia para ajudar esse clube, se era por essa via ou por aquilo que vinha sendo uma prática, o Regulamento de Atribuição de Apoios da Freguesia de Alvalade, que as instituições a nível geral estavam obrigadas a cumprir. Se seria esse o melhor caminho ou não. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Nuno Lopes (MMA)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** disse que tinha estado a ouvir com alguma atenção todas as intervenções. Ao ler a proposta havia algumas coisas que lhe chamavam a atenção e, especialmente, também na anterior reunião. Aproveitava estar ali o Membro Ricardo Varela, que era o anterior responsável pelo desporto, que possivelmente conseguia esclarecer algumas questões, assim como o Membro José Ferreira. -----

----- Em primeiro lugar, fazia uma nota construtiva. A cláusula 3.^a do ponto 12 deixava algumas dúvidas. Lera com atenção que o clube não correspondeu com os objetivos, não fez a formação das equipas que tinha de fazer, mas lia-se que o equipamento estava um pouco degradado e naturalmente que a Freguesia, se calhar, tinha que fazer o que devia fazer, tomar conta do seu espaço quando isso acontecia. -----

----- A primeira questão que fazia, era saber o valor das receitas que essa associação teve com esse equipamento, no ano anterior. -----

----- A segunda questão, prendia-se com o facto de retirar o equipamento, o clube podia escolher o espaço, utilizar o espaço, estava-se a dar uma oportunidade e percebia haver uma boa vontade da parte da Junta de Freguesia. Não conhecia os pormenores da reunião e acreditava no que foi dito pelo Vogal Paulo Moura, mas a pergunta que fazia era, sendo retirado o campo, mas depois eram atribuídas receitas, parecia um certo contrasenso. Não sabia se isso depois não violava a questão do regulamento. Não era contra, mas queria que isso fosse da maneira mais correta. -----

----- Perguntava também, se não haveria uma alternativa de ceder uma oportunidade a outras entidades, que também tinham essa modalidade na Freguesia, para terem também um voto de confiança a usarem esse espaço. Podia nomear os 3F, uma associação que até tinha vindo a crescer e que dava alguma credibilidade, trabalhava com crianças e com certeza, seria também uma mais valia utilizarem esse espaço. -----

----- Tinha havido uma coisa que lhe chamou a atenção no meio disso tudo. Foi dito que essa associação não entregou as contas, na anterior reunião. A sua pergunta era de que anos não entregou as contas e aproveitava para perguntar ao Executivo se existiam mais associações na Freguesia nessa situação, que não entregassem as contas. -----

----- Julgava não estar enganado, esse era um protocolo feito pelo anterior Executivo antes das eleições. Concordava que essa associação já não estava nos seus melhores anos, mas foi-lhes feito um protocolo e cedido um equipamento sem entregarem contas. Isso preocupava, se não cumpriam para o RAFA, também não cumpriam para o protocolo, e perguntava aos Membros que estavam no anterior Executivo como fizeram esse protocolo. -----

----- A questão era que em 2021, segundo estava na informação dos documentos da Junta de Freguesia, essa associação recebeu cerca de 5.200 euros. Não sabia se tinha chegado a receber, mas pelo menos estava lá o documento. Se não entregou as contas, como teria recebido esse dinheiro? Isso não era uma violação grave do RAFA? -----

----- Deixava no ar essas questões e esperava que os Coruchéus voltassem a ser o que eram. Aproveitava para informar o Membro José Ferreira que eles já não tinham xadrez, acabou uns anos antes, começou em março e veriam se era para continuar. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que afinal tinham xadrez a partir de março. -----

----- O desafio de clubes gerirem equipamentos era uma coisa muito difícil. Havia clubes que não tinham a competência para gerir, começavam obras e não as acabavam,

gastavam dinheiro de forma descontrolada. Tinham por exemplo um clube a que aconteceu isso na Freguesia da Penha de França, embora dissessem que eram um clube de Alvalade. Até tinha uma certa piada o Membro Nuno Lopes afirmar essas coisas com tudo o que se sabia publicamente sobre o processo da piscina da Penha de França e do Estrelas de São João de Brito. -----

----- As cedências eram feitas por protocolo, que não estava ao abrigo do RAFA. Era uma questão de ler, se estivesse ao abrigo do RAFA, o protocolo não ia à Assembleia de Freguesia, o Executivo tinha a competência e a liberdade de fazer as atribuições de apoio, financeiras e não financeiras, sem mais e sem ter que ir à Assembleia. O Regulamento enquadrava essas relações, teve um procedimento de criação e foi à aprovação da Assembleia de Freguesia. Era por isso que os protocolos que iam à Assembleia de Freguesia não eram feitos no âmbito do RAFA, se fossem não seria necessário ir ali. -----

----- O enquadramento era diferente e o protocolo que ali estava permitia ao Executivo fazer dessa forma e enquadrar de outra forma, que não no âmbito do Regulamento.-----

----- A taxa que o Executivo iria cobrar era a que estava no Regulamento de Taxas e Licenças da Junta de Freguesia de Alvalade, que remetia para o Regulamento da Câmara Municipal, uma vez que os equipamentos eram municipais. Foi essa a decisão que se tomou em Junta de Freguesia e que se levou à Assembleia de Freguesia, estando em vigor desde essa altura. -----

----- O Regulamento de Taxas e Licenças da Freguesia de Alvalade era relativamente simples, apenas regulava as taxas dirigidas pela Freguesia propriamente dito, todas as outras eram relacionadas com equipamentos municipais e remetiam para o Regulamento da Câmara. A Junta de Freguesia teria que cobrar a taxa do Regulamento. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Nuno Lopes (MMA)** foi-lhe concedida.-----

----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** disse que o Membro José Ferreira tinha uma espinha atravessada que não conseguia passar para baixo, mas não tinha respondido às questões e tinha feito uma confusão. Uma coisa era o protocolo, que ali era uma questão moral e não tinha a ver com o RAFA, não tinha feito essa pergunta. -----

----- Com o RAFA tinha a ver a atribuição do subsídio. Se foi atribuído um subsídio de mais de 5.000 euros e o clube não apresentou as contas, sabendo que era um dos itens obrigatórios do RAFA, a sua questão era muito direta, saber porque esse subsídio foi atribuído. Isso tinha a ver com boa gestão.-----

----- Nem se queria comparar com questões de boa gestão, porque aí, se isso foi atribuído e ele recebeu, havia nitidamente uma má gestão.-----

----- Relativamente ao protocolo era uma questão moral. Se a associação já estava nessa situação e não cumpria, não entendia porque se realizou um protocolo.-----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** pediu ao Senhor Presidente da Assembleia que a forma dos Membros se dirigirem entre si tivesse alguma urbanidade, que fosse de uma forma adequada e com boa educação. Não tinha sentido isso na última intervenção. -----

----- Se o Membro Nuno Lopes pretendia saber informações sobre os apoios que foram dados devia pedir essa informação à Junta de Freguesia, que com certeza iria remeter. De todo o modo, podia procurar nas propostas que estavam disponíveis no site da Junta, onde estava toda a informação. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Nuno Lopes (MMA)** foi-lhe concedida.-----

----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** disse que o Membro José Ferreira não tinha respondido às suas questões. Sendo um apoio do tempo do Executivo do PS e não querendo responder, ficava registado.-----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Miguel Henriques (PSD)** foi-lhe concedido.

----- **Membro Miguel Henriques (PSD)** disse que alguns pontos podiam já ficar como assentes. -----

----- Em primeiro lugar e a par daquilo que já tinha sido apontado ao Executivo, efetivamente não dar uma resposta era um direito de qualquer um ali presente e portanto retiravam as ilações da ausência de uma resposta. -----

----- Era legítimo considerarem que havia alguma estranheza. Independentemente de a nível legal estarem a atribuir um subsídio a um clube em vésperas de eleições, como não era através do RAFA, podiam alegar que não estavam obrigados a prestar contas, mas tratava-se de uma questão moral. Conhecendo as dificuldades que o clube atravessava, e não falava só a nível de resultados e de prestígio, causava alguma estranheza que, efetivamente, a Junta de Freguesia atribuisse esses subsídios sem qualquer garantia ou contrapartida de bom funcionamento. -----

----- Mais estranho ainda, independentemente do fundamento legal, achava que não havendo nada a esconder e questionado o Membro José Ferreira, que fazia parte do Executivo anterior e que teria tido a decisão na atribuição desse subsídio, que remetesse os esclarecimentos para a Junta de Freguesia, quando isso podia ficar ali sanado em público. -----

----- Se calhar, tinha percebido ou visto o filme de forma completamente diferente dos restantes, mas o que tinha visto na primeira sessão da Assembleia de Freguesia, na intervenção do público, foi um presidente de uma associação a dizer que não conhecia o teor do protocolo, que esse protocolo não lhe havia sido comunicado. -----

----- Foi dito pelo Membro José Ferreira que depois tinha entrado em contacto com ele e que essa afirmação foi reforçada, mas aquilo a que assistira, corrigissem se estivesse enganado, foi que após essa intervenção houve uma resposta por parte do Executivo, tendo o Executivo informado que tivera diversas reuniões com o clube em causa, nomeadamente com aquele presidente e os termos da adenda ao protocolo teriam sido decididos com ele. -----

----- Portanto, o filme que tinha visto era uma pessoa que estava no limite de má fé e que foi ali levantar falsas suspeitas, ou o que fosse, mas quando confrontado com a realidade acabou por nem sequer dar resposta. -----

----- Se o presidente do clube não conhecesse o teor daquele protocolo, quando foi confrontado com as respostas do Executivo teria reafirmado. Se estava a dizer a verdade não haveria qualquer problema. -----

----- Era de saudar o trabalho da Junta de Freguesia relativamente ao acompanhamento que era feito desses protocolos. Havia diversas associações em protocolos com a Junta de Freguesia e era entendimento do PSD que a Junta de Freguesia não era dona de nenhuma associação. Não tinham o direito de chegar às associações e impor o que achavam ser mais ou menos correto e tentar retirar daí qualquer contrapartida política. -----

----- O que sabiam era que a Junta de Freguesia tinha um papel de acompanhar e também de fiscalizar, até porque estava a atribuir fundos públicos, era o dinheiro de todos que estava a ser dado àquelas associações. Portanto, a Junta de Freguesia tinha a obrigação de verificar se efetivamente as associações eram elegíveis ou não para receber determinado tipo de apoio financeiro. -----

----- Se verificavam que existia um clube a receber apoios da Junta e que não prestava contas, que tinha material e equipamento sem ser utilizado, material que por ser utilizado em défice acabava por estar sempre a carecer de reparações, com os custos daí inerentes, a Junta de Freguesia tinha a função de colocar o assunto em cima da mesa e de forma pública, como fez, não tentando resolver entre corredores. -----

----- Era colocar o problema em cima da mesa e dizer à associação que se isso não mudasse teria o protocolo que sofrer alterações. Foi isso que se fez. -----

----- Só tinha algumas reservas quanto ao facto de assumir a gestão do espaço. Apesar de compreender que deviam ter também a função que não dizia educativa mas de acompanhar as associações e dar-lhes as melhores condições possíveis para que fizessem o melhor trabalho possível, custava-lhe perceber de que forma, sem querer entrar em juízos de valor relativamente ao protocolo feito anteriormente, o Executivo anterior até fez aquilo que achava ser o melhor caminho, que era dar os meios e o acompanhamento necessário. Não falava de financiamentos, estava a dizer os meios. -

----- Se o anterior Executivo deu os meios à associação e essa associação não aproveitou os meios, custava-lhe compreender se, na altura, não conseguiram tendo os meios, como iriam agora conseguir apenas porque lhes estavam a dar dinheiro.-----

----- Era um caminho possível, até porque eles poderiam alugar aqueles espaços e a partir desse momento os espaços ficavam sob gestão da Junta. Percebia uma intenção por parte do Executivo em salvaguardar a sobrevivência financeira do clube, mas não era com dinheiro que o clube passaria a ter melhores resultados.-----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Ricardo Varela (CDU)** foi-lhe concedido.-----

----- **Membro Ricardo Varela (CDU)** disse que parecia estarem a desviar-se um pouco do assunto do ponto da ordem de trabalhos. Em todo o caso, até porque foram feitas ali algumas afirmações que importava esclarecer, questionava o Senhor Presidente da Junta e o Senhor Vogal do desporto, que já tinha evocado mais que uma vez o Regulamento de Atribuição de Apoios, porque na verdade, concordasse-se ou não, estava definida a forma como os apoios eram atribuídos, qual a sua natureza e qual a sua forma em termos de contratualização.-----

----- Tinha ideia de que todos esses apoios que implicavam a prática desportiva regular, obedeciam a contratos programa, que dentro do que estava definido, implicavam a transferência de verbas, uma verba inicial e depois uma verba final, decorrente do cumprimento desse contrato, com a entrega de contas e do relatório da execução. -----

----- Parecia-lhe que não muito tempo atrás houve uma deliberação do Executivo sobre um acordo de pagamento de contas relativamente a uma entidade que não tinha cumprido com o contrato programa, que colocou a Junta de Freguesia em tribunal e que mais tarde perdeu essa causa por incumprimento do contrato programa. Portanto, o que colocava ao Executivo era se existia um cumprimento no que dizia respeito aos contratos programa firmados anteriormente. À semelhança do que foi feito no anterior, que se utilizassem as ferramentas legais e que se apurassem essas situações. Parecia que o próprio Executivo tinha entendido a propósito dessa situação chegar a um acordo para ultrapassar. -----

----- Sugeria que o Executivo, aos que colocaram dúvidas sobre esses processos, facultasse o Regulamento de Atribuição de Apoios da Junta de Freguesia de Alvalade, para que pudessem ficar melhor esclarecidos e entendidos sobre aquilo que era o funcionamento da Junta e as normas que regulavam a atribuição de apoios. -----

----- Tinha uma ideia que esse protocolo foi à Assembleia de Freguesia, que teria sido aprovado por unanimidade e inclusive pelo PSD. Também tinha uma ideia para quem dizia haver um incumprimento, nomeadamente também por parte do PSD, não sabia como se acompanhava uma proposta quando pelos vistos havia incumprimentos. Se havia dúvidas, parecia que tinham uma posição muito extremada para umas coisas e não tinham para outras.-----

----- Tinha feito parte do Executivo anterior, o Vogal do desporto era o seu camarada Pedro e muito se orgulhava do trabalho que fizeram. Se havia dúvidas que colocassem.-

----- Pensava que a atribuição de apoios estaria pendente, porque não houve a fidelização do contrato programa. Que se apurasse. -----

----- A Junta tinha uma coisa que não havia em 2013, tinha regulamentos e formas de atribuição. Quando entrara na Junta não havia nem em Alvalade, nem no Campo Grande, nem em São João de Brito, qualquer tipo de regulamento que definisse os critérios e a forma de atribuição desses apoios. Não havia contratos programa desportivos, eram atribuídos sem esse tipo de ferramentas. -----

----- A Junta fez, podia-se concordar com eles, podia-se melhorar, mas parecia haver algum desconhecimento e colocava essa pergunta ao Executivo, se denotava essa necessidade de fazer alguma revisão aos instrumentos que dispunham para fiscalização e acompanhamento das instituições. Se houvesse, ali estariam, para dar o contributo como sempre fizeram, mas já iam com seis meses do atual mandato e pareciam querer repisar naquilo que foi o outro. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedido. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que queria tentar esclarecer o Membro Miguel Henriques, porque amalgamou, como se fosse a mesma coisa, um conjunto de questões. -----

----- Os protocolos que iam à Assembleia de Freguesia decorriam de uma relação de entidades que podiam ser desportivas, sociais, como já tinham apreciado vários nesse dia e decorriam nos termos do protocolo que ia à Assembleia de Freguesia. Não era aplicado o Regulamento de Apoios, porque o escrutínio feito era no âmbito do protocolo que ia à Assembleia de Freguesia. -----

----- Tipicamente, eram três tipos de apoio. Havia apoios não financeiros, como o Executivo fez vários, cedência de autocarros, espaços, etc, isso era feito no âmbito do RAFA e era só cedência de equipamentos ou de materiais, ou de instalações. Outra coisa eram os apoios financeiros. -----

----- Os apoios financeiros aos clubes tinham duas dimensões típicas, uma dos apoios correntes, que eram protocolados com um contrato de desenvolvimento. Existia um contrato de desenvolvimento desportivo e no final da sua execução havia que prestar contas, o pagamento final estava no âmbito da apresentação de todos os documentos. ---

----- Podiam ocorrer também apoios pontuais e não tinha de memória os apoios em concreto que foram feitos aos Coruchéus. Não foi no montante de 5.000 euros, como foi referido. Aliás, no ponto 2 apreciaram as contas e o documento 1, que era o relatório de gestão, na sua página 18 tinha um conjunto de entidades que foram apoiadas no ano 2021. Dizia lá que o Clube Cultural e Recreativo dos Coruchéus foram 1.397,10 euros. -

----- De memória, não tinha as coisas consigo, tinha quase a certeza que foram apoios pontuais para uma atividade ou para compra de um equipamento qualquer. Recordava-se dos equipamentos para o campeonato do INATEL de futsal em que participavam. ----

----- Não tinha o mesmo tipo de escrutínio que teria um apoio corrente à prática desportiva, ou a desenvolvimento cultural, ou social, que tinham uma relação de continuidade com a Junta. Era uma coisa pontual. -----

----- Os apoios dados foram no montante de 1.397,10 euros e não nos montantes que foram referidos e queria deixar de fazer esse esclarecimento. O montante estava na página 18 do relatório de gestão, documento que foi distribuído à Assembleia, um quadro que estava em todos os relatórios de gestão desde 2016. Estava a falar de memória e podia falhar algum ano, mas estavam disponíveis e era só verificar. Tinha de memória que foram apoios pontuais para eventos ou situações concretas. -----

----- Apoios com contrato, como por exemplo esse que teve um acordo de pagamentos, que era um contrato de desenvolvimento desportivo e que foi reiteradamente incumprido, não apresentando contas. Quando houve uma auditoria foi uma recusa reiterada de apresentar contas à Junta e, perante a decisão da Junta de pedir a devolução dos apoios, procurou justiça e a justiça deu sempre razão à Junta de Freguesia, até que o clube reconheceu que agiu erradamente e finalmente admitiu pagar a dívida. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Senhor Presidente da Junta** foi-lhe concedida. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que 25 séculos depois de Péricles já deviam todos saber que os órgãos políticos se regiam pela razão e nesse contexto não se dava o direito de ter qualquer emoção na análise e aprofundamento das decisões da Junta de Freguesia. Quando muito o princípio de Kelsen de hierarquia das Leis, ou a Lei contratual de Ros, era a única coisa que o regia, embora gostasse muito do António Damásio.-----

----- O que estava ali em causa era a ponderação de interesses que a Junta de Freguesia devia ter em atenção. Não era nada uma decisão intencional da Junta de Freguesia, era um problema com que se deparou e por obrigação legal, porque os regulamentos não eram o alfa e ómega da vida das Freguesias, havia o princípio da hierarquia das Leis. Nesse sentido, ponderados os interesses em causa, a Junta de Freguesia tinha duas alternativas, ou enveredava por uma posição punitiva de resolução do contrato em que havia notoriamente alguns incumprimentos, só que para a Junta de Freguesia não interessava a função punitiva. Até do ponto de vista ideológico, nunca seriam educadores do povo e não havia por objetivo punir os incumprimentos quando os interesses em causa podiam não ter qualquer benefício de interesse público. -----

----- Para além do Clube dos Coruchéus havia outra entidade que também estava abrangida no âmbito das obrigações estabelecidas entre a Junta de Freguesia e a instituição que devia gerir o espaço e desenvolver as atividades em causa, a Academia Sénior, seria também prejudicada. Havia um conflito que por si só, pela sua própria natureza e pelas regras estabelecidas no contrato, consubstanciavam uma violação evidente do protocolo estabelecido. -----

----- Quanto às questões relativas à distribuição de apoios, a Junta de Freguesia não tinha atribuído qualquer apoio financeiro a essa entidade durante o presente mandato. O que se passava era só o objetivo de como gerir o interesse público, a boa utilização dos recursos públicos, sem prejudicar, nem ter uma atitude punitiva, em relação às instituições da sociedade. Se elas fossem possíveis de conciliar, e parecia que ainda eram, era esse o caminho que as entidades políticas responsáveis pela gestão do interesse público deviam seguir. Não podia haver nenhuma atitude emocional que pudesse justificar qualquer ato de um órgão político legítimo.-----

----- Nesse sentido entenderam adaptar as regras para não perder de uma forma definitiva o objetivo que tinha presidido ao protocolo em vigor e que não foi promovido pela atual Junta, foi uma situação do passado.-----

----- Como sempre foi dito, não tinham esse preconceito, esse complexo de inferioridade. Nem tudo o que estava para trás era mal feito, o povo julgou e era esse que tinha a última palavra, optou por alterar os titulares do cargo político e agora eram quem tinha a responsabilidade de prestar contas e de promover a gestão do interesse público. -----

----- Tinha participado, mas pouco, eram uma equipa e ninguém era onnipotente, quem participou diretamente foi o Vogal do desporto Paulo Moura, mas também tinha participado de forma que corrigindo as violações e alguns incumprimentos se pudesse continuar a assegurar a boa gestão do espaço e ao mesmo tempo não defraudar as expetativas legítimas e juridicamente tuteladas das instituições em causa. -----

----- Tinham legitimidade para o revogar, mas esse não era o objetivo, não era propósito com essa atitude que parecia meio salazarenta, do princípio de desconfiança perante todos os cidadãos, que todos se iam portar muito mal e tinha de haver umas regras muito rígidas, serem todos polícias uns dos outros, para ter a certeza que as coisas eram cumpridas. Não atuavam assim. -----

----- Era uma oportunidade de preservar o interesse público, preservar a boa relação e a paz social, que também era um objetivo muito importante. Foi nesse sentido que o Senhor Vogal Paulo Moura se empenhou seriamente. Se não tivesse essa boa vontade não tinha feito constantemente uma série de reuniões para tentar conciliar os interesses, até situações de conflito entre duas instituições. Era do domínio público que uma das associações até estava impedida de frequentar aquele espaço. -----

----- Tudo isso foi ultrapassado, foi salvaguardado o interesse público, não havia verbas em causa. Nunca se atribuíram nenhuma verbas, mas para permitir que o clube desenvolvesse as suas atividades, a forma de gerir o interesse público, gerindo melhor ou pelo menos com mais responsabilidade, a Junta passava a ter mais responsabilidades e a ter que prestar mais contas na gestão dos espaços, nomeadamente do campo de futebol em causa, procurando conciliar interesses públicos legítimos, as necessidades de outras entidades da Freguesia praticarem desporto, chegou-se a um acordo e como não se queria prejudicar nem punir a instituição que lá estava, era uma forma de assegurar uma receita, sem ser a atribuição de um apoio. -----

----- No âmbito do contrato programa, que se revestia de protocolo, era possível a contrapartida e conseguia-se dessa forma, por enquanto, nada na vida era definitivo, mas por enquanto, mais uma oportunidade para que as instituições tivessem relações no domínio da razão, que fossem cumpridoras, que fossem fiscalizadas e ao fim e ao cabo que o interesse público fosse assegurado. Nesse caso era o interesse possível da maioria dos cidadãos que queriam praticar desporto em Alvalade. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Senhor Tesoureiro** foi-lhe concedida. -----

----- **O Senhor Tesoureiro** disse que quando participavam nessas responsabilidades não deixava de ser triste, que ao fim de seis meses e meio de funções, estivesse em causa as coisas que dizia, mas fazia parte e ficava desde já a sua iniciativa de fazer chegar ao Senhor Presidente da Mesa os e-mails todos que testemunharam esse processo para depois poder distribuir pelos Membros de todas as forças políticas. -----

----- Na página 40 da informação escrita da atividade da Junta de Freguesia, como tinha dito na sessão número um, em 11 de fevereiro dizia. *“Reunião com o Centro Cultural e Recreativo dos Coruchéus e a Associação Cultural e Social dos Sêniores de Lisboa na sede do Centro Cultural e Recreativo dos Coruchéus, no âmbito da garantia de cumprimento do protocolo de colaboração celebrado entre a Junta de Freguesia de Alvalade e o Centro Cultural e Recreativo dos Coruchéus, envolvendo a Academia dos Sêniores de Lisboa/Alvalade”*. -----

----- A 17 de fevereiro, seis dias depois: *“Nova reunião com o Centro Cultural e Recreativo dos Coruchéus nos serviços centrais da Junta de Freguesia de Alvalade referente à gestão do campo de jogos municipal do Campo Grande, que passa a ser da responsabilidade da Junta de Freguesia de Alvalade e que será alvo de uma adenda ao protocolo de colaboração em vigor”*. -----

----- Dia 2 de março: *“Vistoria ao campo junto à sede do Centro Cultural e Recreativo dos Coruchéus e ao campo de jogos municipal do Campo Grande”*. -----

----- Eram três exemplos ali escritos, de seis ou sete reuniões de trabalho que tinha feito com o Sandro, como o tratava ali, porque conhecia as pessoas, não só dessa entidade, como de todas as outras, mas dessa em particular. -----

----- Para si, era nítida a sensação que o Sandro foi ali porque alguém lhe telefonou, o que foi confirmado durante as exposições que ali foram feitas, o que também não lhe parecia bem, mas estavam no seu direito. -----

----- Tinha esclarecido na sessão número um essas reuniões todas, quando houve a intervenção do público e do Sandro, como Presidente do Centro. O Sandro estava com o seu Vice-Presidente e tinha-lhe esclarecido um ponto que não precisava de ser

esclarecido, porque o Sandro estava a par de tudo. Lá teve de fazer algum jogo, não sabia porquê, mas teve que fazer, e ao ser esclarecido fez uma certa expressão para si. --
----- Fica o compromisso de enviar ao Presidente da Mesa toda a troca de e-mails. -----
----- Confirmava aquilo que já tinha sido dito, em seis meses de trabalho no desporto celebraram-se protocolos com nove entidades dessa área, nenhuma delas era o Centro Cultural e Recreativo dos Coruchéus. Não por falta de vontade do Executivo, mas porque efetivamente não foi possível ainda receber da parte dessa entidade os critérios, os requisitos, as informações necessárias para se poder dar os respetivos apoios. No atual mandato não houve qualquer apoio financeiro e não financeiro a essa entidade. ----
----- Terceira nota, era que no contrato programa que foi junto à proposta, dizia-se que era responsabilidade da Junta de Freguesia de Alvalade pagar a luz, a água, as limpezas e as telecomunicações. Todos os meses a Junta de Freguesia pagava ao Centro Cultural e Recreativo dos Coruchéus a água, a luz, a limpeza e as telecomunicações, como estava no contrato programa que herdaram. -----
----- Uma coisa que o Senhor Presidente da Junta dizia repetidamente e a que lhe dava mais ênfase era que uma coisa ficou clara, havia uma decisão de trabalhar com todos e não iriam agir de forma mais ou menos favorável com uns e com outros. O que tinha sido feito da sua parte, com a presença da Vogal dos direitos sociais, com a presença do Vogal dos espaços públicos, com a presença do Presidente da Junta de Freguesia em diversas reuniões, foi sempre tentar encontrar formas de ajudar o Centro Cultural e Recreativo dos Coruchéus a enveredar por uma perspetiva mais desportiva. -----
----- Havia uma coisa que não disse na abordagem inicial, mas que ia dizer, que eram muito regulares as reclamações de fregueses acerca do que se passava no Centro Cultural e Recreativo dos Coruchéus. Perante tudo isso tinham obrigado a mudar, a trabalhar com, a ajudar, sempre nessa perspetiva, nunca houve qualquer outro tipo de perspetiva. -----
----- Podia ter o sentimento que da parte do Centro Cultural e do seu Presidente em particular, houvesse uma atitude de não colaboração, mas nunca houve. Resolveram o problema da Academia dos Sêniores. Ao tomarem posse em 21 de outubro a Academia não tinha acesso às instalações do Centro Cultural e Recreativo dos Coruchéus, atualmente tinham lá as suas aulas de informática, de música, de xadrez, etc. Isso não acontecia antes, as pessoas de mais idade não podiam lá pôr os pés. Questão resolvida e foi feito com os dirigentes do Centro Cultural e Recreativo dos Coruchéus e com a nova Academia dos Sêniores de Lisboa, sempre. -----
----- Era importante o alerta do Membro Ricardo Varela, de que esse contrato programa terminava em janeiro de 2023. Todas essas questões, inclusivé as faturas que pagavam mensalmente, esse custo ia desaparecer para a Junta de Freguesia e tinha sido uma preocupação encontrar outras soluções para ajudar o Centro Cultural e Recreativo dos Coruchéus. -----
----- O Centro Cultural e Recreativo dos Coruchéus, o Clube Atlético de Alvalade, o Estrelas de São João de Brito e muitos outros clubes, iam contar com a Junta para manter vivas essas entidades na Freguesia. Seria sempre essa a forma de estar. -----
----- Confirmava já não haver xadrez, como afirmou o Membro Nuno Lopes e ao contrário do Membro José Ferreira, sempre bem informado, mas nesse aspeto alguma coisa escapou.-----
----- Disse que ficavam contentes por ter encontrado os regulamentos desde 2013 até à tomada de posse em 2021. Passaram oito anos e ficavam contentes por ter visto um trabalho importante que ajudavam atualmente a regular todas essas relações e todas essas entidades. No entanto, também achavam que nada era estanque, nada era imutável, e os regulamentos também precisavam de alguma adaptação. -----

----- O Presidente dizia-lhes todos os dias que não conseguiram ainda nos seis meses dar esse passo mas dariam muito em breve com certeza. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** recordou ter perguntado se o clube tinha informação sobre a minuta que estava para deliberação da Assembleia. -----

----- Também tinha referido que para o PS os termos em que estava a alteração ao protocolo de colaboração e não contrato programa, referia a terminologia usada porque isso depois criava confusão sobre os caminhos que a Junta fazia para cada apoio. -----

----- O que estava no protocolo não os afastava, não discordava, era outra forma de tentar fazer a mesma coisa. A pergunta era se o clube conhecia os termos dessa minuta. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Senhor Tesoureiro** foi-lhe concedida. -----

----- **O Senhor Tesoureiro** disse que sim, conhecia. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** referiu que o Presidente tinha dito na reunião pública que não, o Senhor Tesoureiro disse que tivera um processo negocial, remeteu para a informação do Presidente, afirmou agora que conhecia. Portanto estavam esclarecidos sobre essa pergunta. -----

----- Convinha haver uma terminologia correta, uma vez que se dizia ter feito nove protocolos. Se fez nove protocolos eles deviam ter ido à Assembleia de Freguesia e não foram. -----

----- Na verdade, o que a Junta de Freguesia fez seriam nove contratos programa, porque foram feitos no âmbito do RAFA. O que estavam a discutir era um protocolo de colaboração que ia à Assembleia de Freguesia. -----

----- Como já dissera na anterior intervenção, à Assembleia de Freguesia iam protocolos, o Executivo no âmbito do regulamento de apoios fazia contratos programa no caso do desporto, que tinha legislação direcionada para isso. Fazia contratos de desenvolvimento desportivo e admitia que tivesse sido esse tipo de instrumento que a Junta de Freguesia fez com nove clubes, como anteriormente se fazia. -----

----- Esses contratos tipicamente tinham a duração de um ano, de um exercício económico e que estavam sempre a ser feitos porque os apoios correntes eram todos os anos apreciados e apoiados. -----

----- Acompanhava a vida quotidiana da Freguesia e também do trabalho do Executivo, que publicava no site “transparência” e lia com muita atenção. Sabia que já foram feitos apoios a vários clubes e daí os tais nove contratos programa e não protocolos como foram referidos. -----

----- Sobre a questão do xadrez não tinha dito que havia xadrez, quem disse que havia xadrez foi o Membro Nuno Lopes. Apenas tinha referido que o Membro Nuno Lopes fez uma contradição nos termos, dizer que não havia e depois disse que havia. -----

----- Sobre a questão de se ter feito telefonemas a clubes, lamentava, mas no PS faziam todos os telefonemas e todos os contactos que entendessem necessários com as entidades vivas de Alvalade e com os alvaladenses. Era uma coisa normal todos os partidos e o Executivo fazerem. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Nuno Lopes (MMA)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** disse que estava perante um caso complexo. Não eram contra as associações, mas lutavam pela boa gestão dos dinheiros públicos. -----

----- Tinha algumas dúvidas relativamente a uma cláusula da adenda e não exatamente da adenda, que isso ficasse bem claro. Tinha colocado uma questão e depois do esclarecimento iria votar favoravelmente, deixava no ar a atenção para o futuro como isso poderia vir a correr. -----

----- Sobre a questão do xadrez, mais uma vez o Membro José Ferreira não esteve com atenção ao que tinha dito, que durante muito tempo os Coruchéus deixaram de ter xadrez porque a equipa saíu toda e recentemente, em março, voltou a ter e ainda bem. --

----- Relativamente à questão do contrato, como dissera o Membro do PSD, uma não resposta era sempre uma resposta, todos sabiam disso e ficava registado que tanto o PCP como o PS não responderam sobre o contrato programa nº 13/2021 que foi concedido a uma entidade que não prestou contas. -----

----- Aproveitando as palavras sobre uma associação que também não apresentou contas e que entrou em litígio com a Junta de Freguesia, perguntava qual era a dualidade de critérios que a Junta tinha para uns e para outros. Se havia uma entidade que não entregava contas e recebia subsídios, qual a razão de outras não receberem. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que os apoios dados a esse clube foram pontuais. O facto de haver um contrato programa não queria dizer que tivesse sido executado. Aliás, foi isso que o Membro Ricardo Varela referiu, exatamente por um conjunto de restrições. Portanto, estava-se a assumir uma coisa que podia não se ter verificado. -----

----- Os apoios dados em 2021 eram aqueles que estavam no relatório e se pretendiam saber os termos desses apoios com certeza os documentos estariam disponíveis e os serviços da Junta iriam fornecer, face à pergunta ao Executivo, que era quem tinha que prestar contas a tudo. -----

----- Não houve dualidade de critérios. O que aconteceu ao Estrelas São João de Brito, clube de que o Membro Nuno Lopes era Presidente da direção e foi também trabalhador do mesmo e que tinha familiares que eram trabalhadores desse clube, foi uma prática reiterada e uma recusa reiterada de prestar contas. -----

----- As decisões que a Junta de Freguesia tomou foram validadas sucessivamente em várias instâncias de tribunais, o clube nunca teve razão e até que enfim reconheceu que não tinha razão, tanto que assinou um acordo de pagamento de dívida no valor de 9.900 euros e que estava a devolver em cerca de quarenta meses até 2025. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Nuno Lopes (MMA)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** disse que quando o Membro José Ferreira quisesse falar com o Estrelas São João de Brito tinha de ir à sede do Estrelas São João de Brito, quando quisesse falar com o “Mudar Alvalade” poderia falar comigo ou com outro colega. Eram coisas extremamente diferentes e que deveria separar. Arrolar para ali questões familiares não lhe ficava nada bem. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que as questões familiares decorreram dos elementos que conseguiram recolher na altura da auditoria feita por uma sociedade de revisores de contas, não a que fazia revisão de contas para a Junta, mas uma outra que foi selecionada apenas para esse fim. -----

----- O que tinham ficado espantados era com a forma como o Estrelas era gerido naquele momento. Não sabia se continuava a ser, mas de todo modo isso foi apurado e a auditoria resultou numa decisão que a Junta tomou, decisão que foi desafiada pelo clube em tribunal e várias instâncias deram razão à Junta de Freguesia. O clube reconheceu que a Junta de Freguesia tinha razão, tanto que fez um acordo de pagamento da dívida. -

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta n.º 70/2022, relativa à Adenda ao Protocolo de colaboração entre a Junta de Freguesia de Alvalade e o Centro Cultural e Recreativo dos Coruchéus**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, , com 18 votos a favor (PS, PSD, CDS-PP, CDU, IL, MMA e Chega) e 1 abstenção (BE).

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida para uma declaração de voto.-----

----- **Membro José Ferreira (PS)** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- *“Referir que como foi a nossa intervenção, tendo o Executivo com a palavra do Senhor Presidente e a intervenção do Senhor Tesoureiro referido que a minuta foi vista pelo clube e como tal não nos afasta a forma de tentativa de resolução de encontrar um caminho que o Executivo identificou.*-----

----- *Tenho esclarecido que a minuta foi vista com o clube e votámos favoravelmente.”*-

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Ricardo Varela (CDU)** foi-lhe concedida para uma declaração de voto.-----

----- **Membro Ricardo Varela (CDU)** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- *“Relativamente à declaração de voto dos eleitos da CDU dizer que consideramos que efetivamente o caminho para o trabalho com as instituições deve ser a procura mútua de entendimentos e procurar, quer da parte da Junta, quer da parte das mesmas, reforçar aquilo que é a sua intervenção.*-----

----- *Parece-nos que aquilo que foi aqui apresentado e as respostas que foram dadas é efetivamente procurar adequar e tentar que se consiga cumprir aquilo que foi protocolado, pelo que desse ponto de vista e não excluindo aquilo que foi dito por nós, nomeadamente no que diz respeito à execução e ao cumprimento da execução, parece-nos que é este o caminho e como sempre temos vindo a defender é dar esta oportunidade também a este clube para que possamos efetivamente concretizar e encontrar a forma de dar continuidade a este protocolo.”*-----

----- **Ponto 11 — Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 79/2022, relativa à Adenda ao Protocolo de Colaboração com o Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa;**-----

----- Tendo pedido a palavra o **Senhor Presidente da Junta** foi-lhe concedida.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** referiu que tudo isto resultava das relações normais entre a Junta de Freguesia e todas as instituições.-----

----- Esse centro hospitalar já tinha um protocolo e nas reuniões que tiveram, nomeadamente na reunião antes do final do ano, a instituição entendeu que tinha necessidades que poderiam, sem grandes custos, melhor realizar os seus objetivos.---

----- Eles tinham o objetivo principal de inserção de utentes mais diretos, tanto no contexto de trabalho, como no contexto social, e essa foi uma forma, sem custos muito significativos ou quase nenhuns. Existiam custos de funcionamento logístico que a Junta suportaria, mas havia um intercâmbio de troca de apoio logístico, de alguns equipamentos que a Junta pudesse pedir.-----

----- Por exemplo, se fizessem uma conferência ou uma conversa sobre saúde, etc., ou o centro hospitalar querer utilizar o auditório ou outras instalações para promover atividades de inserção, naturalmente utilizando as artes para esse efeito, o teatro, a dança, o que fosse. Pareceu que, para defesa do interesse público da própria instituição, era a forma mais adequada e sem custos, de promover essa adenda. Era só para estabelecer uma forma de aprofundamento das relações que já existiam no passado.---

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida.-----

----- **Membro José Ferreira (PS)** saudou a celebração dessa adenda e a continuação da relação com o centro hospitalar e também dar nota do espetáculo de dança que ocorreu dias antes no âmbito desse protocolo. O PS votaria a favor.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta n.º 79/2022, relativa à Adenda ao Protocolo de Colaboração com o Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- **Ponto 12 – Apreciação e discussão da Proposta nº 80/2022, relativa ao Relatório de Avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes no Estatuto do Direito de Oposição;**-----

----- Tendo pedido a palavra o **Senhor Presidente da Junta** foi-lhe concedida. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que isso era o cumprimento de uma obrigação legal. O relatório referia-se ao período desde o início do mandato do Executivo até ao final do ano, de 21 de outubro a 31 de dezembro e nessa altura não houve pedidos de esclarecimento, que só foram posteriores a janeiro. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Paulo Pinto (BE)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro Paulo Pinto (BE)** disse que o relatório referia, incorretamente, não ter havido nenhum pedido de informação à Junta de Freguesia, visto que da parte do BE foi feito um pedido de informação pelo Membro Leonardo Rodrigues, no dia 13 de dezembro de 2021, e que só foi respondido quatro meses depois. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** foi-lhe concedida. -

----- **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** disse que a CDU também colocou perguntas no ano passado, que também levaram à Assembleia e nunca foram respondidas. Tiveram um requerimento no dia 12 de novembro sobre o tema das reuniões transmitidas em direto e que nunca foi respondido. Aliás, já noutra reunião o Senhor Presidente da Junta disse que ia responder. Fez-se outra pergunta em 23 de novembro acerca de uma rutura da água na Rua Conde Ficalho e que também nunca foi respondida. -----

----- Houve outras perguntas que foram colocadas oralmente na Assembleia e que também não foram respondidas. -----

----- Portanto, na sua opinião, o direito de oposição não foi cumprido e o relatório não correspondia aos factos. Sabia que não iriam votar favoravelmente, mas estavam em desacordo e gostariam que primeiro fossem respondidas as questões e os requerimentos que colocaram e depois que fosse elaborado um novo relatório. Ficavam disponíveis para prestar os esclarecimentos que fossem necessários. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** referiu que o ponto dizia respeito ao relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes no Estatuto do Direito de Oposição de 2021, mas apenas era referido o mandato de 2021 a 2025. Nada era reportado referente ao anterior mandato, apesar de decorrer no ano. O que dizia a Lei era no ano e não referia mandatos. -----

----- Compreendia que pudesse haver essa questão, mas a Junta de Freguesia de Alvalade era uma instituição, a Junta de Freguesia era o poder executivo, reportaria os elementos que tivesse disponíveis com os serviços e com certeza os levaria. Era só uma nota. -----

----- Quanto ao ponto 4 do relatório, o simples envio de e-mails não era cumprimento algum e muito menos estrito. O direito de oposição só podia ser exercido se a informação fidedigna e mensurável fosse cedida, informação sobre atividades, recursos e meios financeiros. -----

----- No caso do PS a situação referida, à qual o Senhor Presidente da Mesa até se desculpou e compreendiam, tal não aconteceu, como o Senhor Presidente se tinha comprometido, na semana seguinte. O que nunca decorreu, nem sequer foi enviado um e-mail. -----

----- Esse escrutínio não era apenas uma formalidade, como parecia dar a entender o relatório ali apresentado, mas sim o reflexo da organização política e democrática, sublinhando democrática. -----

----- Se dúvidas houvesse sobre a importância de um verdadeiro exercício de direito de oposição ficaram esclarecidos na última reunião, em que se viram os partidos de direita perfeitamente serenos mediante a recusa do Senhor Presidente da Junta em responder às obrigações impostas pelo plano de prevenção de riscos de gestão, de corrupção e infrações conexas.-----

----- A IL, por exemplo, fazia uma grande referência à questão da transparência, mas de facto, o plano não tinha sido cumprido, tinha sido bastante cumprido, mas não totalmente cumprido.-----

----- Fez-se essa pergunta, a que o Senhor Presidente da Junta respondeu de forma limitada. Não se sabia qual era o regime de exercício do mandato do Senhor Presidente da Junta, eventualmente até ter corrido vários regimes.-----

----- Ficavam surpresos, uma vez que o Senhor Presidente da Junta fazia questão de dizer isso em todas as oportunidades que tinha, que sendo jurista, não soubesse da obrigação que tinha prevista na Lei, nomeadamente no Decreto-Lei 75/2013, artigo 9.º, alínea q), que era verificar a conformidade dos requisitos. Era uma competência que a Assembleia tinha que fazer, mediante declaração do Senhor Presidente da Junta, verificar a conformidade dos requisitos relativos ao exercício de funções a tempo inteiro ou meio tempo do Presidente da Junta de Freguesia.-----

----- Já se tinha feito a pergunta por escrito e ficaram surpresos por o Senhor Presidente da Junta, sendo jurista, remeteu imediatamente a responsabilidade para os serviços.-----

----- Tal como sempre aconteceu na Junta de Freguesia, desde a sua criação, em 29 de setembro de 2013, toda a oposição devia ter à sua disposição a informação que precisava para o exercício de um real escrutínio ao trabalho do Senhor Presidente da Junta e do seu Executivo. Ficava a ganhar em primeiro lugar o Senhor Presidente da Junta, o Executivo, a Assembleia de Freguesia, os alvaladenses e a cidade.-----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Nuno Lopes (MMA)** foi-lhe concedida.-----

----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** disse que o “Mudar Alvalade” não tinha razão de queixa relativamente ao direito de oposição. Foram ouvidos, fizeram um rol de questões e pedia desculpa se foram muito extensivos. Chegaram um pouco em cima da última Assembleia, a primeira sessão, já iam na terceira parte e alguns documentos não tiveram hipótese de analisar.-----

----- Havia uma questão que ficou um bocado no ar e que era relativamente à auditoria das contas da Junta de Freguesia dos anos anteriores, que era uma das questões que não ficou esclarecida e gostaria que dissessem quando poderiam ter acesso a esses documentos.-----

----- Tendo pedido a palavra o **Senhor Presidente da Junta** foi-lhe concedida.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que, quanto ao cumprimento em relação à proteção de dados, ou cibersegurança, o que fosse, era o que estava na Lei.-----

----- Sabia que o Membro José Ferreira tinha exercido funções, estava sempre a recordar e tinha todo o direito, mas os cidadãos deram confiança ao seu lado e portanto iam julgar. Não era juiz do Membro José Ferreira, nem admitia que fosse juiz de si. Admitia sim, cumprir a Lei, e em cumprimento da Lei havia todos os mecanismos legais para em democracia se expressar.-----

----- Se calhar, no passado, algumas experiências e consultas não eram tão adequadas ao critério tão exigente que agora seguia, mas era uma questão de critério e de coerência que não iria ajuizar.-----

----- Não era uma obrigação que a Lei previsse uma data própria, como sendo a apresentação de contas na primeira reunião ordinária do ano a seguir. Iria em tempo, quando estivesse pronto, para ser ali apreciado, nos termos da Lei.-----

----- Quanto às questões levantadas sobre o modo de funcionamento das reuniões da Junta de Freguesia não públicas, tivera oportunidade de dizer, mas se fosse preciso passar a escrito estava gravado, repetia para ficar claro. Não era entendimento da Junta de Freguesia proceder de maneira diferente ao que estava estabelecido na Lei. Ponto. ---

----- Era a única resposta que podia dizer.-----

----- O seu colega Vogal Tomás Gonçalves tinha-lhe mostrado que havia de facto uma pergunta sobre a água, mas foi para o e-mail geral, não lhe chegou a si. Era uma resposta da EPAL, que se pediu precisamente para dar resposta à pergunta, mas pelos vistos não utilizaram. Era um lapso e os erros eram para ser reconhecidos, nem se lembrava, mas na altura em que a questão foi colocada procurou-se obter uma resposta e depois falhou o remeter a resposta da EPAL, nem dava muito trabalho. -----

----- Se estivessem em incumprimento iriam averiguar nos serviços. A informação que os serviços tinham era aquela que constava dos pedidos que chegavam por e-mail. Também achara estranho que não respondessem a nenhuma pergunta, que não houvesse nenhuma pergunta.-----

----- As perguntas, todas, não eram relativas ao período de mandato de 21 de outubro a 31 de dezembro. Ficara satisfeito com a resposta, se não havia, era porque foram no início do ano e teriam que ir na próxima reunião. Estava enganado e era natural que pudessem ainda promover esse relatório. Não se podia basear em dados falsos, se tivesse que ser modificado não havia problema nenhum, seria modificado e apresentado novo relatório. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que tinha feito a mesma pergunta no ponto 1 da segunda reunião e o Senhor Presidente respondeu da mesma forma. A pergunta era a respeito do plano de prevenção de riscos de gestão, corrupção e infrações conexas, não tinha nada a ver com a proteção de dados, nem com a cibersegurança, não era isso que estava no plano. O plano estava em vigor e portanto era o que estava lá escrito. Estava disponível no site da Junta de Freguesia. -----

----- Da outra vez já tinha respondido com a questão da cibersegurança e da proteção de dados, que eram matérias também importantes, mas não foi essa a pergunta. Também tinha feito por escrito e aguardava essa resposta. No entanto, chegaram ali à conclusão que o relatório não tinha toda a informação e eventualmente teria que ir novamente à Assembleia. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Senhor Presidente da Junta** foi-lhe concedida. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a auditoria foi solicitada, como aliás estava publicado e eram públicas as deliberações da Junta de Freguesia. Estava em fase de apresentação o relatório final, era um resultado muito extenso, tinha mais 800 páginas e estava para análise em particular do Senhor Tesoureiro. O auditor teria que entregar um relatório final global e nessa altura, não era obrigatório, mas necessariamente, em nome da transparência, seria distribuído por todos os Membros da Assembleia de Freguesia. -----

----- **Ponto 13 – Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 68/2022, relativa à decisão de apresentação da “Manifestação de Interesse” e de posterior candidatura para o desenvolvimento do projeto no âmbito dos Bairros Comerciais Digitais;**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que o nome da Proposta não era muito feliz, ele, na verdade, pretendia autorizar a constituição de um consórcio entre três entidades públicas, a Freguesia de Alvalade, a EMEL e a União das Associações de Comércio e Serviços da Região de Lisboa e Vale do Tejo, associação privada. -----

----- Na verdade era isso, com o objetivo de apresentar uma manifestação de interesse e depois uma posterior candidatura para o desenvolvimento do projeto no âmbito dos Bairros Comerciais Digitais. Era o que na verdade iriam discutir nessa proposta.-----

----- Era um projeto muito relevante, via ali a possibilidade da Junta de Freguesia se comprometer com uma verba até 616.533,50 euros. Parecia estar a fazer a apresentação da Proposta, mas era só para chamar à atenção dos Membros da Assembleia que se tratava de uma proposta relevante, embora fosse a última e tivesse o número treze.-----

----- Uma última nota era para um comentário à Junta de Freguesia na elaboração dessas propostas. Foram ali vários protocolos, adendas a protocolos e essa constituição de consórcio. Já tinha dito uma vez e não iria repetir muitas, haveria um momento em que não aceitava as propostas da Junta de Freguesia que fossem dessa forma.-----

----- A pessoa coletiva era a Freguesia, a Junta de Freguesia era um órgão. Não via ali um protocolo celebrado entre a Junta de Freguesia e o conselho de administração da EMEL ou o conselho diretivo da União das Associações, via entre as pessoas coletivas representadas pelos seus órgãos representativos e no caso da Freguesia era a Junta de Freguesia, que tinha competências legais para o efeito, sujeito a aprovação na Assembleia de Freguesia.-----

----- Por isso chamava à atenção que nos protocolos e tudo, como dizia a Lei, no artigo 9.º número 1, alínea i), ou alínea j), por aí fora, da Lei das Autarquias Locais, era sempre a pessoa coletiva que tinha atribuições nessa matéria e não os órgãos que apenas representavam a pessoa coletiva.-----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida.-----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que era importante saber bem o que estavam a discutir. Na proposta 68 da Junta de Freguesia havia dois pontos deliberados.-----

----- O ponto 1 era aprovar a decisão de apresentar manifestação de interesse. O Senhor Presidente da Assembleia teria referido que esse ponto não estava no âmbito da discussão que iriam ter. Essa era uma pergunta que tinha, porque tanto quanto percebera o aviso para manifestar o interesse era até 31 de março. Disseram-lhe que foi prorrogado, que era até 30 de abril e que essa data já tinha sido ultrapassada.-----

----- Era uma pergunta que tinha, como estariam a aprovar uma manifestação de interesse. Das duas uma, ou a Junta já tinha manifestado ou a proposta teria que ser recusada. A pergunta era se não iriam discutir a deliberação do ponto 1, porque essa a Junta já a tomou, só estavam ali a falar sobre a celebração do contrato.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que também tinha algumas dúvidas mas deixariam a Junta de Freguesia esclarecer globalmente.-----

----- Tendo pedido a palavra o **Senhor Presidente da Junta** foi-lhe concedida.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a proposta já tinha muito tempo e só agora ia à Assembleia de Freguesia. De qualquer forma, era só o ponto 2 que estava agora em causa, que era precisamente a criação de um contrato de consórcio entre as três entidades ali referenciadas.-----

----- Os termos utilizados eram os mesmos que existiam no PRR, não os tinham criado. Era um PRR que criou a figura dos bairros comerciais digitais e em que se previa esse tipo de procedimentos, manifestação de interesses, a apresentação de parcerias, que eles designavam de consórcio.-----

----- Na prática, o que se visava era a autorização para fazer uma candidatura associada a essas duas entidades. A Freguesia, através da Junta de Freguesia, quem celebrava depois o contrato era a Junta de Freguesia com a EMEL e com a União das Associações de Comércio e Serviços da Região de Lisboa. Era tirar partido de disponibilidades financeiras do Estado para promover atividades de comércio que estavam ali bem

explicadas e que para o efeito duas instituições com alguma envergadura e credibilidade decidiram associar-se a Alvalade. -----

----- Era também o reconhecimento da capacidade para desenvolver esse tipo de projetos. Uma oportunidade que não deviam perder e era só nesse contexto. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Vogal Tomás Gonçalves** foi-lhe concedida. -----

----- **Vogal Tomás Gonçalves** disse que tinha algumas notas adicionais ao que estava escrito na proposta. Como deviam saber, a proposta foi realizada dia 20 de abril e como disse bem o Membro José Ferreira, tiveram que submeter a manifestação de interesse até ao dia 31 de abril, conforme o aviso. O aviso inicial era até 30 de março e foi prorrogado por trinta dias. -----

----- Era um aviso no âmbito do PRR, que nasceu com base numa resposta por parte da União Europeia num programa de investimento público, o National Generation EU, o qual compreenderia cerca de 13,9 mil milhões de euros a fundo perdido para Portugal a nível de investimento, bem como 2,3 mil milhões de euros em termos de empréstimos. -

----- O PRR foi aprovado pelo Governo Português, naturalmente, e incidia sobre três dimensões: resiliência, transição climática e transição digital. O aviso inseria-se nessa última dimensão. Procurava digitalizar a economia, ora através da adoção tecnológica por parte dos operadores económicos e pela digitalização dos seus modelos de negócio, ora através da sensibilização e capacitação dos trabalhadores e empresários. -----

----- Esse aviso afigurava-se particularmente relevante para os setores do comércio e dos serviços abertos ao consumidor. Tinha como critério ser aplicado em estruturas, áreas de elevada densidade comercial e por isso se escolheu essa área que congregava 756 entidades. Teve que se fazer esse levantamento exaustivo, em termos de atividade dessas empresas que estavam nessa área geográfica. -----

----- Uma das condições era que o espaço dos bairros comerciais digitais fosse contíguo e tivesse grande densidade comercial. Por isso não se alargou mais, porque à medida que se ia alargando perdia-se a densidade, um dos critérios relevantes para esse aviso. --

----- Os beneficiários eram autarquias locais, associações empresariais e de desenvolvimento local que tivessem expressão no território, empresas municipais ou consórcios entre essas três entidades. -----

----- O investimento era 100% reembolsável mas havia um custo relevante e que gostava de chamar à atenção, os 23% de IVA tinham que ser assumidos pelas entidades do consórcio.-----

----- Foi submetida a manifestação de interesse a 30 de abril, sendo nessa fase uma pré-qualificação, só se fossem selecionados seriam convidados a apresentar a candidatura formal. A aplicação do projeto, caso fosse selecionado na fase dois, seria durante três anos, 2023 a 2025. -----

----- O aviso, como um todo, tinha uma dotação orçamental de 52,5 milhões de euros e cada projeto beneficiaria de um valor máximo de 2 milhões de euros de despesas elegíveis.-----

----- Pretendia-se que o consórcio fosse entre a Freguesia de Alvalade, a EMEL e a UACS. Começou-se a trabalhar nessa candidatura no final de janeiro, ouviram-se várias entidades especialistas do ponto de vista tecnológico porque não tinham o *know-how* tecnológico para fazer uma montagem ou pensar num projeto como um todo e de forma bem estruturada. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa tentou apoiar desde a primeira fase e seria um parceiro preferencial, não integrando o consórcio, porque não ia fazer investimento.-----

----- Era obrigatório no âmbito dessa manifestação de interesse fazer dois inquéritos, tanto a consumidores, como a comerciantes. -----

----- Ao fim desses meses de trabalho agradecia não só à equipa de comunicação e de economia e inovação da Junta de Freguesia, bem como a esses parceiros, a UACS e a EMEL, pelo trabalho desenvolvido. Foram reuniões semanais, escolheu-se um consultor externo para montar a candidatura, não do ponto de vista do *know-how* tecnológico, mas de experiência em montagem de fundos comunitários e na submissão de candidaturas a fundos comunitários. -----

----- A candidatura tinha algumas especificidades e não se podia correr o risco de ficar de fora por não cumprir alguma burocracia necessária nesse tipo de candidaturas.-----

----- Concorreram nessa fase um, manifestação de interesse, 187 entidades, num valor global de 256 milhões de euros. No Concelho de Lisboa havia nove candidaturas de Freguesias. -----

----- O Bairro de Alvalade era um bairro comercial por natureza e fazia todo o sentido, como entidade pública, tentar ajudar os comerciantes a terem a capacidade de continuar a sua atividade no longo prazo, adaptando-se às novas tecnologias e àquilo que era o futuro.-----

----- O programa foi aprovado pelo Governo Português e também pela Comissão Europeia. -----

----- Ficava disponível para aquilo que entendessem por bem.-----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Nuno Lopes (MMA)** foi-lhe concedida.-----

----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** começou por congratular o Executivo por essa proposta, com que estava totalmente de acordo. Era uma proposta que o “Mudar Alvalade” também tinha no seu programa eleitoral e não havia como fugir porque era a evolução, todos tinham que caminhar para lá. -----

----- A informação que foi dada ali, se calhar, quem estava em casa, não percebeu bem. Se calhar convinha discriminar melhor no que isto consistia. -----

----- Deixava só uma crítica construtiva para alguma atenção aos mupis que seriam colocados, atenção à poluição visual, porque já havia muita na Freguesia. Tinha que haver algum cuidado e com certeza iria haver. -----

----- O “Mudar Alvalade” concordava 100% com isto, até mesmo relativamente à questão dos lugares de estacionamento. -----

----- Aproveitava para perguntar o que estava previsto em relação ao estacionamento para a Freguesia, uma vez que foi uma das propostas basilares do Executivo da atual Câmara de Lisboa e do Doutor Carlos Moedas, era um silo em cada Freguesia. -----

----- O “Mudar Alvalade” não concordava muito com a questão dos silos. Aliás, na sua proposta era um parque de estacionamento subterrâneo no Mercado de Alvalade a ligar a um jardim. Era só a reboque da questão do estacionamento que estava no programa e aproveitava, dando os parabéns por essa proposta. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** começou por saudar a versão dos instrumentos que foram negociados e aprovados pelo Governo do Partido Socialista. -----

----- O protocolo previa um investimento de 616.533,50 euros. O IVA não estava incluído, era uma responsabilidade que impendia sobre a Junta de Freguesia, se fosse tudo a 23% eram 41.802,71 euros. Queria saber como esse montante seria financiado, uma vez que parecia os cerca de 616 mil euros serem a fundo perdido, supunha que 100% financiados. -----

----- A sua pergunta, visto ter sido dito que a procura era cinco vezes superior à oferta do programa, era o que acontecia se o financiamento fosse parcial, ou o financiamento era atribuído sempre a 100% sendo eliminados os projetos até ao limite dos 52 milhões de euros do programa. Era saber se havia financiamentos parciais ou não, o que podia ter consequências sobre a Junta de Freguesia. -----

----- Parecia existir uma central de controlo e um gestor com um custo de operação de 68.400 euros mais IVA e a pergunta era se isso seria um valor anual e se depois a Junta de Freguesia continuaria a suportar esse custo com o seu Orçamento. -----

----- Todo o projeto parecia ser um enorme coletor de dados sobre o Bairro de Alvalade, sobre os seus visitantes, sobre os seus clientes. A pergunta que deixava era, quem controlaria esses dados, onde estariam guardados, quem os iria gerir, se seriam transmitidos a grandes operadores de retalho que agressivamente competiam com o comércio local. -----

----- Já tinha sido referida a questão do impacto da sinalética no espaço público e na mobilidade pedonal. -----

----- Outra pergunta, era se os membros do consórcio seriam solidários entre si. Se por exemplo a UACS falhasse nas suas responsabilidades, assumindo que a Junta de Freguesia e a EMEL nunca iriam falhar nas suas responsabilidades, eram entidades públicas, mas as entidades que embora atuassem publicamente podiam ter dificuldades de tesouraria, a UACS falhando, se os restantes membros do consórcio assumiam a sua responsabilidade, sendo certo que o dinheiro já foi para a primeira, ou se o projeto colapsava. -----

----- Perguntou, se existia um estudo económico desse projeto e, se existia, qual a razão de não ter sido substituído. -----

----- Existiam custos recorrentes. Era sabido que os custos anuais de manutenção de equipamentos e sistemas tecnológicos se cifravam entre 15 a 20% do investimento, acrescentando que parecia estar prevista uma central de controlo. Saber qual era o horário e quem a operava, se um gestor de bairro. Os custos anuais de uma operação dessas, tendo em conta o investimento, poderiam cifrar entre 100 mil e 300 mil euros por ano. Perguntava quais os recursos da Junta de Freguesia que estariam afetos a essa operação depois de acabar o projeto e de se continuar a utilizar os equipamentos e os sistemas que foram instalados e se isso iria impactar no Orçamento da Junta de Freguesia. -----

----- Outra pergunta era saber se a Associação de Comerciantes de Alvalade foi envolvida e qual a posição da ACAL em relação a esse projeto. Havia uma informação, se calhar errada, mas chegou ao conhecimento, que a Junta de Freguesia pediu co-financiamento aos comerciantes no montante do IVA. -----

----- Outra pergunta, era saber em relação aos montantes previstos no Orçamento, aproximadamente um milhão de euros no total, se os custos aumentassem. Sabiam qual era a taxa de inflação, o que estava a ocorrer nas empreitadas, nos fornecimentos, mas se depois os custos fossem superiores a um milhão de euros que estava financiado, o que iria acontecer? Se eram os membros do consórcio que teriam de suprir essa diferença, caso ocorresse. -----

----- O programa só podia prever cerca de 25% de empreitadas, o resto teria que ser sempre prestação de serviços, mas o que aconteceria se o montante de um milhão de euros não chegasse para cumprir isso? -----

----- Havia um conjunto de perguntas que foram colocadas e o PS reservava a sua posição para depois desses esclarecimentos pedidos. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que na Lei dos Consórcios, nos consórcios externos, não se presumia solidariedade, artigo 19. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** foi-lhe concedida. -

----- **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** disse que tinha uma série de perguntas sobre a questão da viabilidade financeira, algumas já ali ditas pelo Membro do PS. -----

----- Perguntou quem seria o gestor do projeto, que era uma função bastante complexa e exigente. -----

----- Era muito importante saber a viabilidade do projeto depois da fase de implementação, na fase de manutenção, saber quem iria suportar as despesas e como se pensava financiar isso no Orçamento da Freguesia. -----

----- Sobre o IVA, a questão era se seria todo a 23%. Não sabia e deixava essa pergunta. Saber qual era o valor máximo que pensavam deixar a cargo da Freguesia e como financiar no Orçamento. -----

----- Aproveitava para uma rápida interpelação à Mesa sobre o ponto de situação das comissões que foram ali decididas na primeira sessão da Assembleia. -----

----- Por outro lado, tinha colocado algumas recomendações sobre o funcionamento da Assembleia e queria saber se a Mesa já tinha alguma ideia, se já podia dar alguma informação. Resumidamente era fazer mais Assembleias para evitar muito volume de pontos em cada uma, considerar antecipar a hora de início e também algumas coisas mais físicas, como terem mesas para trabalhar nas comissões. Também pedir à Junta para, se entendesse, voluntariamente entregar a informação escrita com mais antecedência para se poder escrutinar melhor as atividades da Junta.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que essa matéria já tinha sido falada, mas obviamente que não se tomaria nenhuma decisão sem reunir com todas as forças políticas ali representadas, o que contava fazer muito em breve. Já tinha uma minuta de um regulamento das comissões, mas queria ouvi-los sobre isso antes de o levar formalmente à Assembleia.-----

----- Tendo pedido a palavra o **Senhor Presidente da Junta** foi-lhe concedida. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que do ponto de vista político havia um pressuposto claro, um investimento da Junta. A Junta devia fazer investimentos se houvesse uma ponderação, como fez no passado, em pavilhões, em instituições, em equipamentos. A Junta de Freguesia tinha de assumir que alguns investimentos eram de interesse público e em prol da Freguesia de Alvalade, nesse caso, para dinamizar e assegurar o desenvolvimento e o crescimento do comércio, das atividades económicas e da comunidade, da comodidade dos residentes em Alvalade, através de uma melhor gestão, que essas tecnologias permitiam do estacionamento e da mobilidade. -----

----- Esse dossier era da responsabilidade direta e acompanhado pelo Vogal Tomás Gonçalves e havia um conjunto de questões colocadas que seriam melhor respondidas por ele. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Vogal Tomás Gonçalves** foi-lhe concedida.-----

----- **Vogal Tomás Gonçalves** disse que a primeira fase era uma manifestação de interesse e só numa segunda fase teriam de fazer o estudo de impacto económico. Era uma preocupação que isso não fosse um “*elefante branco*” e um problema para futuros executivos na gestão dessa ferramenta. -----

----- Do ponto de vista do material que seria colocado no espaço público, havia várias formas de o rentabilizar. Principalmente, nos quiosques digitais e nos mupis, poderiam ser colocados patrocínios ou ferramentas promocionais ou de marketing de empresas, que ajudassem a financiar a gestão corrente dessa ferramenta, não através da Junta de Freguesia. -----

----- Era uma ideia que depois poderiam estudar, a Junta de Freguesia ceder a gestão desses mupis a entidades que pudessem receber essa receita para não ter custos no Orçamento da Junta. -----

----- Quanto ao custo do pessoal, o gestor do bairro era um montante para três anos, financiado a 100%, exceto o valor do IVA, se existisse. Seria uma pessoa que ia junto dos comerciantes tentar explicar e levá-los para dentro do projeto. -----

----- O projeto contemplava algumas ferramentas de digitalização de mupis para dar informação aos consumidores e fregueses do bairro digital, mas também para permitir

uma interação entre comerciantes e consumidores, com a instalação de uma série de ferramentas, que permitiam uma comunicação mais digital com todos os utilizadores dessa área geográfica. -----

----- Também se pretendia haver um *update* da aplicação “*Bairro de Alvalade*”, nomeadamente criando um *market place* em que os comerciantes do Bairro de Alvalade pudessem colocar os seus produtos e potenciar as suas vendas online. -----

----- Também, colocar no espaço público, sem que houvesse interferências com a mobilidade das pessoas que frequentavam o Bairro de Alvalade, mas havia uma preocupação estética, como diziam muitas vezes, o espaço público já estava sobrecarregado de algum equipamento e havia essa preocupação. Seriam também colocados os cacifos inteligentes, em que o comércio fechava à seis da tarde, mas as pessoas podiam levantar encomendas que, por exemplo, fizeram no *market place* dentro da aplicação “*Bairro de Alvalade*”, poderiam levantar a uma hora mais tardia, em que o comerciante colocava lá os seus artigos e o consumidor que os comprou previamente pudesse levantar a qualquer hora do dia e da noite. -----

----- Quanto aos dados para os consumidores, como o Membro José Ferreira devia imaginar, nesse concurso já houve alguma preocupação nesse sentido. O IAPMEI criou uma série de compromissos em que as empresas tecnológicas responderam a essa informação, esses dados e muitos dos dados a ser criados seriam utilizados pelos próprios comerciantes que aderissem ao bairro digital. Se fosse no *market place* ficariam com os dados dos clientes que compraram um artigo, com todas as regras de transparência e cumprindo toda a legislação. Não podia ser de outra maneira ou o PRR não poderia financiar. -----

----- A nível da solidariedade, a EMEL e a Junta de Freguesia não pretendiam falhar e não o podiam fazer, a UACS também esperava que não fizesse, mas o investimento era de trinta mil euros, num montante de um milhão de euros, não era significativo. Se isso acontecesse não teriam que ser solidários. -----

----- Relativamente à Associação de Comerciantes de Alvalade, reuniram com a sua Presidente, apresentou-se o projeto. Não havendo disponibilidade financeira para integrar o consórcio, ficou de pensar se queria ser parceira para uma segunda fase do projeto. Teria todo o gosto, mas essa proposta ainda não foi apresentada à Junta de Freguesia. -----

----- Era falso que tivessem pedido participação, explicou-se foi, que se quisessem entrar no consórcio, havia lugar ao pagamento do IVA, como qualquer um dos outros beneficiários. -----

----- O investimento era no valor de 616 mil euros, mais IVA, o custo para a Freguesia seria o IVA. Eram equipamentos tecnológicos e daquilo que foram ouvindo dos possíveis parceiros tecnológicos desse aviso, o valor era bastante conservador. Significava que se fossem ao mercado no dia seguinte quase de certeza ficariam abaixo desse valor, era essa a expectativa. -----

----- O Governo também tinha anunciado várias medidas para controlar a inflação e apoiar os agentes económicos nessa matéria. Nunca sabiam o dia de amanhã, mas isso fazia parte do jogo. -----

----- Era verdade que foi ultrapassada a dotação orçamental em cerca de cinco vezes. A Direção Geral de Atividades Económicas iria escolher cerca de vinte projetos para passar da fase 2 para a fase 3, que era a execução do projeto. Na manifestação de interesse viam se os projetos tinham razoabilidade, poderiam passar todos e só na fase de candidatura escolher as melhores propostas e financiar o valor solicitado por essas entidades, sendo certo que só no aviso 2, fase de candidatura, teriam mais detalhes e melhor previsibilidade a nível desse projeto. -----

----- Entretanto a EMEL ia investir um pouco mais do que o valor apresentado a nível da sensorização dos lugares de estacionamento exteriores. Inicialmente a EMEL queria só focar-se nalguns arruamentos desse bairro digital, depois percebeu que poderia fazer em todos e a dotação seria superior. Isso não afetava a rubrica da Freguesia, seria uma responsabilidade da empresa municipal.-----

----- Na última sessão da Assembleia de Freguesia deram-se duas notas, uma tinha a ver com o concurso de ideias que tinha sido lançado pela Câmara Municipal relativamente ao Mercado de Alvalade, em que um dos concorrentes apresentou a ideia de fazer um parque subterrâneo com dois pisos, aumentando o número de lugares de 115 para 209. -

----- Também foi partilhado com a Assembleia que teriam uma reunião com a Vereação para perceber o estado do tal projeto falado pelo anterior Vereador da mobilidade no Largo Frei Heitor Pinto, uma concessão à Empark. Estavam em cima desse assunto, a tentar ter mais informações e assim que houvesse seriam partilhadas com a Assembleia.

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que dos esclarecimentos prestados não havia atualmente um estudo económico da operação, isso seria feito numa situação posterior, a pergunta que deixava era se podia a Junta de Freguesia ou o consórcio desistir. Era atribuído, era feito o estudo económico, isso não era sustentável, podia o consórcio desistir? Era a pergunta que deixava. Passando a primeira fase, na segunda ia apresentar o estudo económico com valores mais concretos e tinha muitas dificuldades, se o consórcio poderia desistir era a pergunta. -----

----- Mesmo fazendo uma concessão de todos os equipamentos que ali estavam, tinha algumas dúvidas que isso suportasse, no longo prazo, a operação. Os equipamentos eletrónicos facilmente se estragavam e os custos de manutenção eram relevantes. Tinha algumas dúvidas que isso fosse possível de manter apenas com uma concessão explorando a publicidade, ainda que um operador privado pudesse receber essa receita e fazer a gestão dessa forma. -----

----- Não foi feito o estudo económico, estavam a decidir ainda com um orçamento sem o fator tempo, não se percebia qual era o custo da operação corrente depois do projeto estar implementado. Fazia a referência, porque isso influenciava o sentido de voto do PS, saber se passando a primeira fase a Junta de Freguesia teria hipótese de recuar no caso de deparar com uma dificuldade, fosse porque os montantes não davam, fosse porque os montantes de operação corrente eram incomportáveis. Saber se nessa fase levariam à Assembleia de Freguesia essa posição para todos tomarem conhecimento disso. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Vaz (Chega)** foi-lhe concedida.-----

----- **Membro José Vaz (Chega)** disse que o Chega queria louvar o Executivo por levar essa iniciativa a bom porto. À semelhança do que existia já nalguns países, esses bairros tinham sido um sucesso. Esperava que ali também viessem a ser. -----

----- Quanto à questão do IVA, não seria de esperar outra coisa de um Executivo do PS, IVA à taxa máxima. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Senhor Presidente da Junta** foi-lhe concedida. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** referiu que até à assinatura do contrato as partes podiam não chegar a acordo. Estava na Lei geral. -----

----- Era preciso perceber o que estavam a analisar, uma candidatura que seria avaliada numa primeira fase e que tinha por base legislação europeia, o PRR, cujos critérios estavam bem estabelecidos em quase todos os projetos de investimento europeu, em que numa primeira fase de análise avaliava-se se os objetivos eram adequados ao que se propunha financiar. -----

----- Foi uma decisão do Governo entender que a criação dos bairros digitais era um instrumento muito adequado ao desenvolvimento económico e que era uma oportunidade que as entidades não deviam perder. -----

----- O que estava a ser proposto nessa fase era que apresentassem um consórcio, ainda não havia compromissos financeiros. Depois, numa segunda fase, se preenchessem todos os requisitos e a candidatura fosse considerada para poder passar à segunda fase, então aí sim, seriam avaliados todos os pontos de vista económicos. Não estava em crer que as instituições públicas portuguesas, que ainda por cima tinham que responder a Bruxelas sobre a aplicação direta desses investimentos, atribuissem sem garantias da sua eficácia e exequibilidade. -----

----- Não havia um compromisso definitivo até à celebração do contrato, não havia responsabilidade solidária de nenhuma das partes, era um consórcio. Ainda estavam na fase que não se justificava, nem se previa, a criação de uma avaliação económica. Foi determinado pelo Governo que o procedimento era feito dessa forma e não tinham que inventar nada, tinham que cumprir os procedimentos que estavam estabelecidos pelo Governo para essa candidatura. -----

----- Ainda por cima, quem avaliava a adequação, a qualidade e a viabilidade dos projetos, eram entidades do Governo. -----

----- Se a Junta fosse já fazer estudos de impacto económico, estaria a “*pôr a carroça à frente dos bois*”, podia estar a desperdiçar dinheiro que não seria necessário para nada por não passar à segunda fase e não era o que estava previsto nas regras estabelecidas pelo Governo, tendo em atenção a especificidade e o carácter particular e excecional desse programa, que não se iria repetir e que era o PRR. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Vogal Tomás Gonçalves** foi-lhe concedida. -----

----- **Vogal Tomás Gonçalves** disse que subscrevia as palavras do Presidente. Tinha respondido ao Membro José Ferreira. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** agradeceu os esclarecimentos, mas tinha ficado um pouco confuso. O Senhor Presidente dizia que estavam ali a avaliar uma candidatura, mas o ponto 1 não estava à discussão. Estavam a autorizar a celebração de um contrato de consórcio externo, era o ponto 2. -----

----- Disse que não era o Governo que avaliava, eram entidades do Estado. O Governo negociava os instrumentos e depois as entidades públicas avaliavam, não era o Governo que dizia se estava bem ou mal e sim as entidades públicas. -----

----- Postos os esclarecimentos o PS iria votar favoravelmente essa autorização, com uma declaração de voto que apresentaria no final. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Senhor Presidente da Junta** foi-lhe concedida. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que estavam numa fase de candidatura, não estavam a apresentar uma candidatura. Estavam a celebrar um consórcio para apresentar uma candidatura, era ainda essa fase. -----

----- O Governo criou essas regras, era da sua competência, aprovou o programa e estabeleceu as regras, naturalmente que recebendo as informações das entidades competentes, mas quem iria avaliar essas candidaturas era a Direção Geral das Atividades Económicas e o IAPMEI. -----

----- Não gostava de fazer nem ser sujeito a que deturpassem o que dizia e pusessem na sua boca palavras que não dizia. Podiam criticar, contrariar, fazer oposição legítima e democrática, mas nunca iria permitir que dissessem coisas que não tinha dito. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 68/2022, relativa à decisão de apresentação da “Manifestação de Interesse” e de posterior candidatura para o desenvolvimento do**

projeto no âmbito dos Bairros Comerciais Digitais, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por maioria, com 17 votos a favor (PS, PSD, CDS-PP, BE, IL, MMA e Chega) e 2 abstenções (CDU) -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida para uma declaração de voto.-----

----- **Membro José Ferreira (PS)** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- *“Sobre quem disse o quê veremos na ata, se for uma transcrição lá estará, mas eu vou olhar com muita atenção a gravação. Peço desculpa se percebi mal, mas se percebi bem já disse.* -----

----- *A declaração de voto do PS é que relevamos este investimento, reservamos uma posição, ou gostaríamos que esta Assembleia fosse informada para ter uma posição caso a Junta de Freguesia supere esta primeira fase e quando no concreto venha a esta Assembleia a continuidade da Junta de Freguesia neste projeto. Foi esse o sentido do voto favorável, porque em abstrato consideramos válida a proposta, mas gostaríamos antes da Junta de Freguesia fazer uma posição firme que esta Assembleia fosse ouvida.”* -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** foi-lhe concedida para uma declaração de voto.-----

----- **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- *“Nós abstivemos porque, pese embora alguns méritos que o projeto tem, parece que há aqui um risco financeiro. Agradecer as respostas mas algumas preocupações que temos mantêm-se.* -----

----- *Não é claro para nós qual o custo total que a Freguesia terá de assegurar, parece que para o futuro não se sabe e portanto será preciso fazer um estudo de viabilidade económica. Como o Orçamento e o dinheiro é finito, a relação custo/benefício coloca-se e nesse sentido o voto foi com essa preocupação. Não com o mérito do projeto em si mas com as preocupações financeiras.”* -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Nuno Lopes (MMA)** foi-lhe concedida para uma interpelação à Mesa. -----

----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** disse que o “Mudar Alvalade” tinha enviado uma proposta de alteração do Regimento ao Senhor Presidente da Assembleia e gostaria que essa proposta chegasse à mão de todos os Membros.-----

----- Gostava de saber também se haveria a possibilidade de discussão da alteração do Regimento. Sabia que, com certeza, haveria mais elementos a querer fazer outras alterações. Talvez pudessem convocar uma reunião extraordinária só para esse efeito, para não irem à próxima Assembleia discutir mais um regimento e não discutir nada sobre a Freguesia. -----

----- A proposta era muito simples, era dividir o PAOD em dois momentos, as questões das alíneas referentes aos votos de pesar e moções, bem como as atas, ficarem para a segunda fase e a primeira fase ser apenas para discussão dos Membros. Caso não se conseguisse, o Senhor Presidente marcaria outra reunião extraordinária. -----

----- Isso era só com o intuito de darem alguma prioridade. Respeitava e compreendia as moções todas, apesar de se abster, mas a prioridade era a Freguesia. Seria para dar um pouco mais de ênfase e dinâmica às reuniões da Freguesia, ou corriam o risco de ter uma reunião como essa, em que não tinham público. Mesmo lá em casa o público acabava por desligar. Era só para tentar chamar mais fregueses às reuniões. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que tinha sido já apresentada à Assembleia uma proposta de constituição de uma comissão de revisão do regimento que entretanto foi retirada. A todo o momento seria possível voltar com essa iniciativa. -----

----- O Membro da Assembleia realmente fez-lhe chegar algumas propostas de alteração, mas não a criação de uma comissão de revisão do regimento, deixando nas mãos da Mesa fazê-lo.-----

----- A sua ideia era quando falassem da criação do regulamento das comissões e iniciarem os trabalhos, já estavam duas criadas, tomarem uma decisão sobre isso.-----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta relativa à presente reunião**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Deu por encerrada a reunião. Eram zero horas e vinte e cinco minutos do dia catorze de maio de 2022.-----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes.-----

1°.SECRETÁRIO _____ 2°.SECRETÁRIO _____-

-----O PRESIDENTE-----